Volume 372

Jornal da Constituinte

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte — Brasília, de 18 a 24 de janeiro de 1988 — nº 32

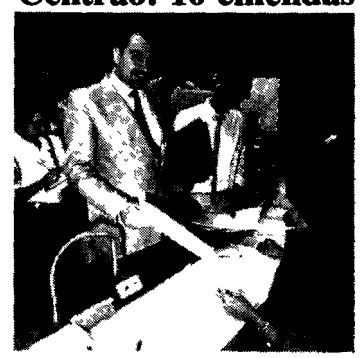
559 definem Carta no voto

ADIRP/ Fotos Guilherme Rangel

A entrega de duas mil emendas provocou uma grande fila, que só acabou no minuto final do último dia 13.

Parlamentarismo

Centrão: 10 emendas



5 anos para Sarney

Não há mais nada a propor. Só a decidir. Decidir pelo voto de 559 constituintes, a partir da próxima semana. Até agora, foram onze meses e meio de trabalho, interrompido apenas brevemente para as comemorações do Natal e do Ano Novo. Tudo começou pelas vinte e quatro subcomissões, passando em seguida por oito comissões temáticas e desaguando na Comissão de Sistematização, na árdua tarefa de coletar propostas dos constituintes e de toda a sociedade.

Ao projeto produzido pela Comissão de Sistematização foram apresentadas, na semana que passou, 2.045 emendas, das quais 29 coletivas, apoiadas por 280 assinaturas ou mais. Agora, o relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral, com o auxílio de quatro relatores-adjuntos, está emitindo o último parecer, que será distribuído terça e quarta-feira desta semana. Nos Dias 23 e 25 corre o prazo para a apresentação de destaques e no dia 26 serão recebidos os requerimentos de preferência para a votação dos destaques. Deu de tudo nas emendas: parlamentarismo já, mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, eleições em 89 e até um projeto quase completo de Constituição — iniciativa do "Centrão". O presidente da ANC, Ulysses Guimarães, quer que a votação comece no próximo dia 27.

(Páginas 3, 4 e 5)

No sonho da casa própria, o pesadelo da vida urbana

As cidades brasileiras crescem demais. E com elas, multiplicam-se as favelas, diminuem os espaços e aumentam as dificuldades para uma vida melhor. A solução é a reforma urbana.

(Páginas 8 e 9)

Pelo entendimento nacional

Em recente pronunciamento na Paraíba, tive oportunidade de manifestar a opinião de que, embora representando o ponto mais significativo para completar a obra de reconstrução democrática do país, a futura Constituição Federal não será suficiente para acabar, de um momento para outro, com os problemas brasileiros, todos eles com origem na área econômica e que, pelos reflexos nos setores social e político, compõem a grave crise do momento.

Não seria correto projetar sobre o Brasil falsas espectativas, baseadas na crença de que, com um novo texto constitucional, tudo seria resolvido como num passe de mágica. A Constituição que vai resultar do trabalho dos constituintes será moderna, progressista e, sem dúvida, dará ao país os pré-requisitos para os avanços e as reformas de que carecemos. Contudo, mesmo sob a égide de um conjunto de normas especialmente preparadas para um país que deseja crescer e torna-se nação desenvolvida, ainda estaremos vivendo uma fase de transição, certamente o seu final. E essa compreensão exige um esforço adicional de todos, em favor do bem comum.

Entendo, assim, como afirmei em João Pessoa, que estamos diante de oportunidade ímpar para a promoção de um grande entendimento nacional, do qual participem todas as correntes partidárias e, por extensão, também as lideranças dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

O que significa entendimento nacional? Em primeiro lugar, trata-se de um movimento de boa vontade, em que devem prevalecer os altos interesses nacionais. E nós sabemos bem quais são esses pontos. Em segundo lugar, esse tipo de pacto convida ao desarmamento, deixando de lado as questões partidárias e ideológicas, na tentativa de somar esforços e buscar soluções para a crise econômico-financeira, que, a meu ver, é a raiz de todos os nossos males e aflições.

É preciso que fique claro que o entendimento proposto não se confunde com união nacional, a nível político, pois a oposição é sempre salutar nas democracias.

Dentro dessa conceituação, não seria difícil o exame aberto e democrático das grandes questões que nos afligem. A proposta de um entendimento sugere a reunião de todos os dirigentes partidários com o senhor Presidente da República, independentemente de quem seja ele, num debate do qual resultariam as prioridades exigidas para o equacionamento da grave crise brasileira. Os itens seriam estabelecidos e, a seguir, na execução de um programa mínimo de salvação nacional, seria possível, pelo entendimento, alcançar também a adesão das correntes que formam a sociedade brasileira, sobretudo no campo das relações do trabalho, isto é, dos empregados e empregadores.

Não creio que exista uma outra opção Tudo já foi tentado e o resultado é conhecido: o Brasil é hoje um país com uma população inconformada e perplexa. Não será possível suportar novas experiências criadas por decisões individuais ou mesmo partidárias. A época dos **pacotes** felizmente passou, e o novo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, já anunciou uma diretriz bem distinta da que vinha sendo exercida, proclamando um "não" aos pacotes.

Agora, é chegada a hora de um "sim". Ao entendimento nacional. É a forma de consolidar o projeto democrático brasileiro e, inclusive, o prestígio do poder civil.

Senador Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional

As cartas já estão na mesa

A data de 13 de janeiro de 1988, quarta-feira última, marcou um dos momentos maiores no percurso seguido pela Assembléia Nacional Constituinte desde a sua instalação a 1º de fevereiro de 1987. Foi o último dia para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição que começa ser votado no próximo dia 27 pelo soberano Plenário da ANC.

Até então, a Constituinte foi um borbulhar de idéias, a fermentação das teses e das propostas surgidas dos próprios Constituintes e diretamente da sociedade através de suas entidades representativas, o que significou um procedimento inédito na história constitucional brasileira. Agora chega o momento de decidir, de dar uma forma bem delineada ao arcabouço da nova Carta. Chega a vez do Plenário, onde 559 constituintes vão burilar a matéria-prima de que dispõem para dar ao país o monumento definitivo da Lei maior.

E, mais do que nunca, chega a hora do entendimento. Os diversos partidos, as correntes e os blocos já tomaram suas posições, o povo deu a sua contribuição, não há mais nada a criar. E, neste momento, o diálogo, a negociação e o voto constituem as ferramentas de trabalho dos constituintes. Se houve o alongamento dos prazos inicialmente previstos no processo constitucional, por outro lado houve o ganho da mais ampla participação de todos os segmentos.

As emendas coletivas, aquelas que dependiam da assinatura de pelo menos 280 constituintes, são um dos temas principais desta edição do **Jornal da Constituinte**. Da leitura dessas propostas, o leitor poderá avaliar e fazer suas previsões sobre o que vai ser daqui por diante, até o instante final da votação. E o importante é ter presente que esse momento derradeiro há de ser a soma da vontade dos brasileiros, para que a Carta de 88 se prolongue no tempo e no espaço.

Paulo Neves
Secretário de
Redação Adjunto

A reforma urbana

Apesar de o Brasil viver há muito o fenômeno da superpopulação da cidade e o esvaziamento do campo, tendência que parece irreversível, só agora a questão urbana se torna um assunto de natureza constitucional, figurando no projeto de Constituição que está sendo votado pela Assembléia Nacional Constituinte

Como resolver o problema urbano de forma a adaptar à cidade essa massa imensa que se desloca do campo, invertendo em menos de três décadas as estatísticas das populações rural e urbana?

Como integrar à sociedade dando condições de vida digna, esses milhões de cidadãos que se marginalizam vivendo em situação de permanente desemprego, ou subemprego, nas áreas periféricas, nas favelas, nos cortiços, e, fato cada vez mais comum, nas invasões?

O despreparo da malha urbana para receber essa imensa legião de migrantes, não cria em si um ambiente propício à violência?

Há quem diga, como Silvio Sawaya, ser através da associação dos fatores terra, transporte e saneamento que podemos compreender a possibilidade de certo lugar ser ou não habitável, pois são esses três fatores que suportam qualquer estrutura social de ocupação.

Se não houver o domínio do homem, um controle seguro sobre o processo de crescimento das cidades no ritmo atual e da forma descontrolada como vem ocorrendo, já há quem anuncie um "estado de medo" que atingirá a sociedade decorrente de colapso nos serviços urbanos básicos

Necessário que sejamos mais criativos e que fujamos da ortodoxia dos nossos tempos. Uma Constituição como a que estamos elaborando só tem sentido se abrir perspectivas para o futuro Afinal, a Constituinte está elaborando um projeto; está projetando o país que queremos e não o país que temos.

Além disso, devemos ser mais rápidos com as mudanças e não tão lentos como somos hoje. Apesar da superpopulação urbana e dos imensos problemas que assistimos diariamente, relacionados com o uso do solo urbano e com a habitação, e, tudo que daí decorre, estamos ainda engatinhando no que tange à solução da questão urbana que é sem dúvida a mais importante questão social do Brasil de hoje. E desconhecê-la é incorrer em enormes riscos de retrocesso institucional em função da explosão social que pode se tornar inevitável.

Considerações como estas, entretanto, esbarram-se na constatação de que a mentalidade urbanística da questão econômica e social ainda não está suficientemente amadurecida. No próprio Congresso Nacional são poucos os parlamentares que identificam na reforma urbana a sua real importância. Essa reforma ainda não atingiu o **status** há tempos alcançado pela reforma agrária, que vive há décadas na ordem do dia. Mesmo considerando que 72% da população é hoje urbana, contra 28% dos remanescentes do campo

Andei pelo Brasil afora buscando melhor compreensão daquilo que o povo pensa sobre o desenvolvimento urbano, sobre a questão urbana. Fiz palestras e debates em universidades, clubes de engenharia e arquitetura, Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores, Associações Comunitárias, encontro de prefeitos, debates em rádios e TVs e ainda na mais alta entidade representativa da construção civil deste país. Debati o assunto da tribuna da Câmara dos Deputados. Vi de perto o quão polêmico é o conceito de desenvolvimento urbano, principalmente entre os diversos públicos com quem debati. urbanistas, economistas, construtores, inquilinos, moradores, ambientalistas, e por que não, políticos, todos têm opinião sobre o assunto de forma não coincidente

Quem chega de avião nas grandes cidades brasileiras sente facilmente o contraste existente entre o congestionamento dos seus espaços centrais e a rarefação da periferia, ao longo da qual se encontram os conjuntos habitacionais. Vêem-se então os enormes vazios urbanos que aumentam desnecessariamente o tamanho das cidades e as distâncias a percorrer, tanto pelas pessoas, quanto pelas mercadorias, elevando o custo de vida e onerando a produção e comercialização

Para esses conjuntos habitacionais periféricos é que se direcionam os serviços básicos da infra-estrutura urbana, como as redes de abastecimento de água, energia, esgoto, telefone, coleta de lixo, pavimentação, além dos equipamentos urbanos e comunitários indispensáveis e mais o transporte, o qual se torna cada vez mais caro em função das distâncias A distância amplia igualmente o tempo dedicado pelo cidadão no percurso até o local de trabalho

Verdadeiras fazendas, situadas na zona intermediária, nos chamados vazios urbanos, vão-se beneficiando da infra-estrutura e conseqüente valorização.

Próximo ao Centro Administrativo da Bahia, em Salvador, podem-se ver cenas bucólicas das mais interessantes: o gado pastando tranqüilamente em "fazendas urbanas" beneficiadas por toda uma infra-estrutura decorrente de investimentos públicos. Algumas dessas propriedades não podem sequer serem tachadas de improdutivas porque produzem muito leite, carne, ou desenvolvem outras atividades tipicamente rurais

Contraste mais alarmante é a vizinhança de favelas e invasões, cercadas por forças policiais que protegem propriedades particulares sem uso social adequado

Mas se o poder público vai desapropriar essas áreas se esbarra no preço. A terra é cara justamente porque o investimento público na infra-estrutura a encareceu E o desapropriado cobra essa valorização decorrente do esforço da comunidade.

É sobre o problema das favelas e a solução que apresentamos para as mesmas que vamos tratar no próximo número

Constituinte Raul Ferraz
PMDB — BA

EXPEDIENTE

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Presidente — Ulysses Guimarães; **Primeiro-Vice-Presidente** — Mauro Benevides; **Segundo-Vice-Presidente** — Jorge Arbage; **Primeiro-Secretário** — Marcelo Cordeiro; **Segundo-Secretário** — Mário Maia; **Terceiro-Secretário** — Arnaldo Faria de Sá **Suplentes:** Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso M. de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Nunes Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Adelmar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto

Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel V. de Magalhães
Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Secretário de Redação Adjunto — Paulo Domingos R. Neves
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves
Ilustração — Gaetano Ré
Secretário Gráfico — Eduardo Augusto Lopes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara, Regina Moreira Suzuki, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Vieira Bomfim, Eurico Schwinden, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R Linhares, Humberto Moreira da S M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna e Luiz Cláudio Pinheiro.

EQUIPE FOTOGRÁFICA

Reinaldo L. Stavale, Benedita Rodrigues dos Passos, Guilherme Rangel de Jesus Barros, Roberto Stuckert e William Prescott.

Composto e impresso no Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

Redação: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP

— 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569

— Distribuição gratuita

No dia 27, a votação

A partir do dia 14 último e até o próximo dia 20 está correndo o prazo para que o relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral (PMDB - AM), examine e apresente seu parecer sobre todas as emendas individuais e coletivas ao projeto de Constituição, entregues até o último minuto do dia 13 passado. Nessa fase dos trabalhos, o relator está sendo auxiliado por quatro relatores-adjuntos — constituintes José Fogaça (PMDB — RS), Adolfo Oliveira (PL — RJ), Antônio Carlos Konder Reis (PDS — SC) e José Ignácio Ferreira (PMDB — ES). O parecer deve indicar as razões pelas quais é a favor ou contra as respectivas emendas.

O parecer do relator será publicado e distribuído nos próximos dias 21 e 22, correndo de 23 a 25 o prazo para a apresentação dos pedidos de destaque para a votação, no máximo de seis para cada constituinte. E no dia seguinte, 26, serão recebidos os requerimentos de preferência para a votação dos destaques, desde que contem com, no mínimo, 56 assinaturas. Nesse mesmo dia, a Secretaria Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte terá de organizar os destaques e preferências, para que possa começar no dia seguinte, 27, a votação do Projeto de Constituição pelo Plenário soberano da ANC.

ADIRP/Guilherme Rangel

Heráclito Fortes propõe eleições gerais em setembro de 89.

As emendas e o que elas mudam

São 2.045 propostas de alteração ao projeto de Constituição aprovado em dezembro último pela Comissão de Sistematização. Dessas emendas, 29 foram apresentadas com mais de 280 assinaturas, o que corresponde à maioria absoluta do plenário (559) e, portanto, lhes garante preferência automática para votação, como prevê o novo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Recebidas pela Secretaria Geral da Constituinte, entre os dias 7 e 13 deste mês, todas as emendas foram remetidas ao relator da Comissão de Sistematização, após verificação das assinaturas que lhe emprestavam apoio.

Dez das emendas coletivas, foram apresentadas pelo grupo denominado "Centrão", em que propõe substitutivo aos nove títulos do Projeto de Constituição e ao seu preâmbulo. Não significa que esse grupo tenha proposto um texto inteiramente novo, já que, em muitos aspectos repetiram o projeto aprovado na Sistematização, alterando pontos considerados polêmicos de natureza programática e ideológica.

Sete emendas, entre as que obtiveram mais de 280 assinaturas, propõem mudanças ao título VIII do texto, que trata da Ordem Social. E dessas sete, seis incidem sobre o capítulo que envolve temas como educação, cultura e desporto.

A classificação das emendas individuais e coletivas continuou sendo feita durante todo o último final da semana, envolvendo assessores da Câmara dos Deputados, à disposição da Constituinte, e a estrutura do Serviço de Processamento de Dados.

Simultaneamente, o relator Bernardo Cabral (PMDB — AM), iniciou o exame individual de cada proposta, tendo de oferecer nesta quarta-feira, 20, parecer conclusivo sobre a rejeição ou o aproveitamento no texto constitucional.

No plenário, que começa a votar dia 27, todas as propostas para serem incorporadas no futuro texto constitucional terão de conquistar 280 votos favoráveis, independentemente das assinaturas que obtiveram na apresentação.

Nos casos em que o relator opinar pela rejeição, o constituinte poderá requerer destaque para a votação de sua emenda em plenário, precisando para isso do apoio de 187 assinaturas.

Maratona em busca de assinaturas

O esforço em busca de assinaturas de apoio transformou constituintes e funcionários em verdadeiros maratonistas. Foram só 29 emendas apresentadas com mais de 280 assinaturas, mas mesmo as que foram classificadas como individuais receberam dezenas e até mais de duas centenas de apoio.

Assim, a última oportunidade de emendar o texto constitucional transformou-se numa gigantesca corrente de solidariedade entre os parlamentares. Em mais de onze meses de atuação na Constituinte já haviam sido apresentadas mais de 62 mil propostas que, nesta fase, não serão levadas em conta na formulação do texto constitucional, mas que contribuíram substancialmente para o projeto que no dia 27 será votado em plenário. Daí a verdadeira maratona vencida pelos 559 constituintes que, agora, tinham como limite regimental apenas quatro emendas.

AS COLETIVAS

Entre as emendas coletivas, isto é, com o apoio da maioria absoluta dos Constituintes, as dez formuladas pelo grupo do "Centrão" oferecem um texto constitucional inteiro, incidindo sobre o preâmbulo, os oito títulos e as disposições transitórias.

Alguns constituintes, no entanto, alcançaram a preferência para emendas que alteram apenas um artigo, ou dois, como é o caso de Arnaldo Faria de Sá (PTB — SP), que altera uma seção que trata da Previdência Social. Quer o parlamentar paulista que os valores da pensão e da aposentadoria sejam iguais ou que os benefícios sejam calculados com base nos últimos 36 meses de atividade.

O esforço valeu: 29 emendas alcançaram maioria absoluta de apoio entre os 559 constituintes. Essas emendas terão preferência automática na votação.

Victor Faccioni (PDS — RS), realizou um esforço duplo, apresentando duas emendas: uma com 315, outra com 283 assinaturas. Na primeira, o deputado gaúcho quer que a Constituição assegure bolsas de estudo para estudantes carentes matriculados em escolas particulares. Sua outra proposta inclui as entidades fechadas de previdência entre as instituições protegidas do sistema tributário.

Joaquim Francisco (PFL — PE), conseguiu apoio para uma emenda que contempla a questão regional dentro do sistema tributário, corrigindo o que ele classifica de "longa e penosa história das desigualdades regionais brasileiras"

Ainda em relação ao sistema tributário, Dalton Canabrava (PMDB — MG), altera vários dispositivos do projeto de Constituição, especialmente quanto aos tributos relativos à produção e importação de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

Na questão das inelegibilidades, Pedro Canedo (PFL — GO), propõe o que classifica de "fim da instituição da familiocracia". Não permite, por exemplo, que um governante, não tendo cumprido mais da metade do mandato, indique e apóie um membro da família, seja filho ou esposa, para concorrer a um cargo eletivo. Para o parlamentar goiano, esta emenda impede a consolidação das oligarquias no País.

Assim, na última oportunidade de emendar o projeto de Constituição, antes da votação em dois turnos, do texto os parlamentares cumpriram sua missão. Agora, é só votar. Dia 27 o plenário se reúne para decidir, mas até lá, lideranças de todas as tendências programáticas e ideológicas ainda realizarão esforços para que o resultado seja o mais consensual possível. E, se possível, que se evite o confronto.

O mandato e o sistema

Cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, com eleições em 15 de novembro de 1989, recebeu o apoio de 317 constituintes. A emenda tem, portanto, preferência automática para a votação em plenário.

Mas o sistema de governo ficou indefinido em termos de tendência, expressa na coleta de assinaturas. A emenda parlamentarista foi anunciada pelos seus autores com 346 assinaturas. Os presidencialistas anunciaram 349 assinaturas para sua proposta.

Quando o **Jornal da Constituinte** encerrava sua edição, funcionários da Secretaria Geral da Assembléia ainda conferiam as várias listas para evitar duplicidade e identificar todos os subscritores.

No caso do sistema de governo, as assinaturas em favor do presidencialismo e do parlamentarismo somaram 695. Na interpretação de várias lideranças, o que se expressou com esses números foi o fato de que só o plenário decidirá sobre o futuro sistema de governo. Além disso, as lideranças dos vários partidos e coordenadores de grupos suprapartidários deverão tentar novos acordos e composições para definir o sistema de governo.

A QUATRO MÃOS

A emenda parlamentarista foi formulada pelos constituintes Humberto Lucena (PMDB — PB), Vivaldo Barbosa (PDT — RJ), Edison Lobão (PFL — MA) e Theodoro Mendes (PMDB — SP). O texto com a proposta parlamentarista foi apresentado por Egídio Ferreira Lima (PMDB — PE).

A emenda que propõe os cincos anos para o presidente José Sarney foi assinada em primeiro lugar pelos constituintes Matheus Iensen (PMDB — PR) e Edison Lobão (PFL — MA). Ela incide sobre as Disposições Transitórias, onde o atual projeto de Constituição fixa um mandato de quatro anos, com eleições em 15 de novembro de 1988.

Segundo informam os funcionários que trabalham na classificação das emendas individuais, centenas delas propõem calendário para eleições presidenciais.

317 assinam cinco anos para Sarney

Com 317 assinaturas, a emenda que propõe eleições presidenciais para 15 de novembro de 1989 e, portanto, um mandato de cinco anos para o atual presidente da República, altera o art. 4º das Disposições Transitórias do projeto de Constituição.

Diz a emenda: "A primeira eleição para presidente da República, após a promulgação desta Constituição, realizar-se-á no dia 15 de novembro de 1989".

Em sua justificativa, a proposta encabeçada pelos constituintes Matheus Iensen (PMDB — PR) e Edison Lobão (PFL — MA), diz que o objetivo é assegurar ao atual Presidente a complementação das medidas e tratativas políticas, que vem liderando no processo de transição política por ele iniciado.

Segundo seus subscritores, o propósito do atual governo de consolidar a transição política, poderia ser frustrado, "com perda irreparável para o mais imediato retorno do país à plena democracia".

Por fim, a emenda que terá preferência automática para votação em plenário, explica que houve uma opção entre as alternativas mais suscitadas de cinco e quatro anos, levando em conta que o futuro texto constitucional deverá fixar um mandato de cinco anos para os sucessores do presidente Sarney.

— Não se explica — diz a justificativa — que o atual mandatário ocupando a presidência da República não tenha assegurado igual período de mandato, como visamos ora se assegure, marcando a próxima eleição presidencial para 15 de novembro de 1989, em razão do que, e aplicando a regra geral de término de mandato prevista no art. 91 do projeto de Constituição, o mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1990, quando o mesmo completará cinco anos

Presidencialismo

"Há uma exigência a que todos se curvam: o povo deve eleger o presidente. Há um significado para isto: o povo quer escolher quem vai tomar as decisões fundamentais que afetam a sua vida. O presidente, então, há de responsabilizar-se pelas decisões de governo, especialmente nomear os ministros e demais autoridades nos cargos de confiança, e fazer o plano de governo."

Este é o espírito da chamada emenda presidencialista, assinada pelos constituintes Humberto Lucena (PMDB — PB), Vivaldo Barbosa (PDT — RJ), Edison Lobão (PFL — MA) e Theodoro Mendes (PMDB — SP). A proposta foi campeã em número de assinaturas: 349, segundo anunciaram seus autores.

Destacam seus signatários que a proposta faz o Congresso, além de aperfeiçoar as suas funções fiscalizadoras e atuar como depositário da soberania popular, ser capaz de censurar o desempenho do administrador em qualquer nível, desde ministros até diretores de departamentos e órgãos. E é taxativo, quando diz que "a censura impõe ao Chefe do Executivo a demissão do servidor".

A EMENDA

Incidindo sobre o capítulo do Poder Executivo, a emenda presidencialista diz já no seu segundo artigo: "O presidente e o vice-presidente da República serão eleitos simultaneamente dentre os brasileiros natos maiores de 35 anos e no exercício de seus direitos políticos, por eleição direta, em sufrágio universal, secreto em todo o país, 120 dias antes do término do mandato presidencial".

A emenda garante a eleição em dois turnos, conforme o texto do projeto já previa, além de estabelecer um mandato de cinco anos, com início em primeiro de janeiro, vedada a reeleição.

Entre as 26 atribuições do presidente da República estão a de nomear e exonerar os ministros de Estado; exercer a direção superior da administração federal; sancionar, promulgar e fazer publicar leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.

Prevê a emenda presidencialista no item "da responsabilidade do presidente da República" que, "depois que a Câmara dos Deputados declarar a admissibilidade da acusação contra o presidente, pelo voto de dois terços de seus membros, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

VOTO DE CENSURA

Ampliando substancialmente os poderes do Legislativo, a emenda prevê a moção de censura pela maioria de dois terços da Câmara Federal a qualquer ministro de Estado. Aprovada a moção, o ministro é exonerado.

Os signatários — diz a emenda — da moção de censura que não for aprovada não poderão apresentar outra na mesma sessão legislativa, com relação ao mesmo ministro.

Além disso, a emenda propõe a convocação regular de ministros pelas duas casas do Congresso, "por iniciativa de qualquer das lideranças que representem, no mínimo, um terço da respectiva Casa Legislativa e pelo voto de dois terços de seus membros, poderá votar resolução exprimindo discordância ao depoimento e às respostas do ministro às interpelações dos parlamentares".

A emenda presidencialista, ao receber o maior número de assinaturas de todas as propostas coletivas, garantiu preferência automática para votação em plenário, em primeiro lugar. Antes da emenda parlamentarista, que recebeu menos assinaturas de apoio.

ADIRP/Guilherme Rangel

À medida em que o relógio corria ao encontro do prazo fatal, as emendas avolumavam-se sobre a mesa.

Voto ponderado

Com 297 assinaturas, o constituinte Osvaldo Coelho (PFL — PE) garantiu a preferência para emenda que institui o "voto ponderado" na eleição do presidente da República.

Para o deputado, a Federação pressupõe participação ponderada de todos os estados federados na formação da vontade nacional. Daí por que propõe que cada estado, Distrito Federal e cada território se constituam em distritos eleitorais, aos quais corresponderá um número de votos federativos equivalentes ao número de representantes da respectiva unidade no Congresso Nacional.

Em cada distrito eleitoral — diz a emenda de Osvaldo Coelho — determina-se um quociente eleitoral dividindo-se o número de votos apurados excluindo os nulos e os em branco, pelo respectivo número de votos federativos, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, e elevada à unidade imediatamente subseqüente se superior.

Na matemática do "voto ponderado", divide-se o número de votos dados a cada candidato pelo número de votos federativos a ele atribuído, mais um, cabendo ao candidato que apresentar a maior média um dos votos federativos a distribuir.

Parlamentarismo

Com 346 assinaturas, a amenda parlamentarista apresentada pelo constituinte Egídio Ferreira Lima (PMDB — PE) terá preferência para votação em plenário. A emenda caracteriza o presidente da República como chefe de Estado e árbitro das instituições e do Governo, com poderes para demitir o governo, de modo excepcional, após ouvir o Conselho de Estado.

Segundo Egídio Ferreira Lima, a emenda é produto do trabalho de muitos parlamentaristas. "A tarefa do autor foi a de somar e compatibilizar contribuições", explicou o parlamentar pernambucano, acrescentando que sua emenda tem origem no relatório do senador José Fogaça (PMDB — RS), outro parlamentarista convicto, na comissão temática que tratou da questão do sistema de governo

"Procurou-se aprimorar o sistema parlamentarista, adequando-o à realidade brasileira. Seguiu-se a trilha, já aberta com indiscutível êxito, por outros países como a França, Portugal e Grécia", disse Egídio Ferreira Lima em sua justificativa.

A emenda dispõe que a eleição do presidente da República será direta, proclamando-se eleito o candidato que obtiver maioria absoluta dos votos válidos, e convocando-se um segundo turno, disputado pelos dois candidatos mais votados, caso nenhum dos concorrentes obtenham maioria absoluta.

Entre as competências do presidente da República, segundo a emenda de Egídio Ferreira Lima, está a de nomear e demitir o primeiro-ministro, e, por solicitação deste, os ministros de Estado. Já o governo é, segundo a emenda, constituído pelo Conselho de Ministros, que se compõe do primeiro-ministro e dos ministros de Estado. O governo tem a atribuição de pedir a dissolução da Câmara dos Deputados, convocando-se novas eleições parlamentares.

Disse Egídio Ferreira Lima, na justificativa, que, no intento de aprimorar o sistema parlamentarista, procurou dar uma melhor sistematização às disposições referentes ao governo, evidenciando-o como um órgão coletivo, o que é próprio do parlamentarismo. Explicou, também, que deferiu ao primeiro-ministro a promoção e a coordenação das atividades do Conselho de Ministros, bem como a manutenção da unidade de orientação política e administrativa do governo.

O artigo 100 da emenda afirma: "O Governo goza da confiança do presidente da República e da Câmara dos Deputados." Isso significa naturalmente, que nenhum governo poderá se manter no poder se perder a confiança de um ou de outro.

Já no artigo 102 há uma disposição que estabelece que o cargo de primeiro-ministro será privativo de brasileiro nato, membro do Congresso Nacional, e maior de trinta e cinco anos de idade. O primeiro-ministro, assim como o presidente da República, não poderá se ausentar do país sem a prévia autorização da Câmara dos Deputados.

O artigo 104 diz: "O governo cessa com o início da legislatura a moção de censura, ou a não aprovação de voto de confiança, ou pela demissão, morte, renúncia ou impedimento do primeiro-ministro.

ADIRP/Guilherme Rangel

Os constituintes Brandão Monteiro, líder do PDT, o vice-líder do PT, José Genoíno, e Vivaldo Barbosa (PDT — RJ) protestaram contra a ampliação do prazo de entrega de emendas, que deveria ser encerrada às 19 horas, do último dia 14, e se estendeu até as 24 horas. Na foto, José Genoíno lê uma nota de protesto.

"Centrão" apresenta dez emendas

O "Centrão" apresentou 10 emendas coletivas, sendo uma para cada um dos nove títulos da futura Constituição, além da décima para o Prêambulo. Essas emendas conseguiram mais de 280 assinaturas, o que significa que todas terão preferência para votação, em detrimento do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Na verdade, portanto, o "Centrão" apresentou um novo projeto completo de Constituição, o qual chegará ao plenário com mais força que o projeto da Sistematização.

São muitas as mudanças pretendidas. No campo dos direitos dos trabalhadores, substitui a proibição da demissão imotivada, por um sistema de indenizações calculadas com base no Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS). O pagamento em dobro da hora extra, é substituído por um acréscimo de 50%. E decidiu-se pela manutenção do texto da Sistematização no tocante à jornada semanal de trabalho de 44 horas e à licença de 120 dias para a gestante.

No tocante ao Direito de Greve a proposta do grupo é no sentido de que esse direito não vale quando se trata da paralisação de atividades em setores considerados essenciais.

Na questão sindical o "Centrão" também pretende modificar bastante o texto da Sistematização. O grupo deseja abrir a possibilidade de surgimento de mais de um sindicato para a mesma categoria profissional da mesma base territorial. A proposta ressalva que apenas um sindicato deve ser reconhecido como representante da categoria nas questões trabalhistas e nos dissídios coletivos. Além disso, quer manter a atual contribuição sindical obrigatória, que havia sido derrubada na Sistematização, e quer proibir a sindicalização de funcionários públicos.

Para o "Centrão", empresa brasileira é toda aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração, ou seja, um conceito totalmente amplo, que inclui todas as empresas que atuam no país. Pretende que depois seja definido em lei complementar um conceito para a empresa brasileira de capital nacional. A qual teria determinados privilégios. Em matéria de mineração, abre campo para a livre participação das empresas multinacionais no setor.

No tocante à Reforma Agrária, a proposta do "Centrão" é praticamente igual à aprovada na Comissão de Sistematização, com uma diferença: é retirada a expressão "simultaneamente" do texto que trata das condições para que a propriedade rural cumpra sua função social. Pelo texto da Sistematização, a função social é cumprida quando, simultaneamente, a propriedade é adequadamente aproveitada, é explorada de modo a preservar o meio ambiente, observa relações corretas de trabalho. E favorece o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores. Retirando a expressão "simultaneamente", o "Centrão" quer que se considere que a propriedade rural tem função social sempre que apenas uma dessas quatro condições citadas esteja sendo cumprida.

Campeões de assinaturas

Só 29 emendas terão preferência automática para votação em plenário. Foram apoiadas pela maioria absoluta dos constituintes, ou seja, tiveram mais de 280 assinaturas. As demais dependerão da decisão do Plenário para entrar na pauta de votação.

Das 29, dez foram apresentadas pelo grupo do "Centrão, as outras foram encabeçadas pelos seguintes constituintes: Victor Faccioni (PDS — RS) — 2 —, Edigio Ferreira Lima (PMDB — PE), Paulo Roberto (PMDB — PA), Roberto Vital (PMDB — MG), Sergio Brito (PFL — BA), Dalton Canabrava (PMDB — MG), Ubiratan Spinelli (PDS — MT), Arnaldo Faria de Sá (PTB — SP), Fábio Raunheitti (PTB — RJ), Cleonâncio Fonseca (PFL — SE), Bezerra de Mello (PMDB — CE), Bosco França (PMDB — SE), Ronaro Corrêa (PFL — MG), Fernando Gomes (PMDB — BA), Pedro Canedo (PFL — GO), Humberto Lucena (PMDB — PB) Matheus Iensen (PMDB — PR) e Homero Santos (PFL — MG).

Impostos sobre combustíveis

Para garantir a manutenção do sistema rodoviário federal, o constituinte Dálton Canabrava (PMDB — MG) apresentou emenda com mais de 280 assinaturas, permitindo à União instituir impostos sobre produção e importação de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

Na mesma emenda, Dálton Canabrava dá competência à União, expressamente ao Poder Executivo, para alterar as alíquotas de vários tributos, entre os quais, importação de produtos estrangeiros, produtos industrializados, operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Essas alterações incidem sobre o art. 182 do projeto de Constituição, mas explica o parlamentar mineiro que não se cogita da criação de fundos que centralizem recursos federais, estaduais ou municipais.

Tapajós e Tocantins garantem preferência

A redivisão territorial do país também mobilizou os constituintes, garantindo três emendas coletivas que terão preferência automática na votação em plenário. Uma, de autoria do deputado Fernando Gomes (PMDB — BA), com 320 assinaturas, propõe que os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, através de consulta plebiscitária da população diretamente interessada e aprovação do Congresso Nacional.

No projeto de Constituição, aprovado pela Comissão de Sistematização, além das exigências incluídas na emenda, seria preciso a aprovação das respectivas assembléias legislativas. Fernando Gomes, autor de emenda criando o Estado de Santa Cruz, desmembrando a Bahia, em outras fases da Constituinte, nessa sua proposta não se refere à criação do novo estado, apenas reduz as exigências constitucionais para criá-lo.

TRIÂNGULO

Com 337 assinaturas de apoio, o deputado Homero Santos (PFL — MG) e Chico Humberto (PDT — MG) garantiram preferência automática para a criação do Estado do Triângulo, com o desmembramento de Minas Gerais. Na mesma emenda está incluída a criação do Estado do Tocantins, na região norte de Goiás.

Segundo os signatários, a emenda tem como objetivo fazer justiça a dois milhões de habitantes, reunidos em 71 municípios, que ocupam uma região com toda uma potencialidade ainda não aproveitada.

De acordo com a justificativa, o Triângulo é responsável por 38% da produção de grãos de Minas Gerais, mas não recebe em troca um tratamento tributário justo. A região, onde os constituintes propõem a instalação do novo estado, reúne 14 hidrelétricas, um pólo petroquímico e diversos distritos industriais em atividade, além de forte desenvolvimento agropecuário.

TAPAJÓS

Para criar o Estado do Tapajós, os constituintes Paulo Roberto, Benedicto Monteiro e Gabriel Guerreiro, todos do Pará, conseguiram a adesão de 287 parlamentares.

Propõe a emenda que nas eleições de 15 de novembro de 1988, o Tribunal Regional do Pará realize consulta popular em onze municípios daquele estado para a criação do Tapajós.

Caso a população seja favorável, a instalação do novo estado seria iniciada em 120 dias, com a nomeação de um Governador **pro-tempore.** Em 1990, sendo aprovada em plenário a emenda, o Tapajós elegeria o Governador, um vice-governador, os integrantes da Assembléia Legislativa, oito deputados federais e três senadores.

O novo estado, segundo justificam seus signatários, abrangerá uma área de 530 quilômetros quadrados e uma população de quase um milhão de habitantes. Santarém seria sua capital e o centro geográfico do novo estado.

Os autores da emenda destacam que não se trata de uma iniciativa separatista e observam que o novo estado teria dimensões territoriais equivalentes a Minas Gerais, ficando ainda o Pará com uma extensão de 750 mil quilômetros quadrados.

Aposentados têm direitos

Várias alterações no campo da previdência social foram propostas por uma emenda coletiva encabeçada pelo constituinte Arnaldo Faria de Sá (PTB — SP). No Art. 236 do projeto constitucional, propõe uma modificação no sentido de ser reconhecido ao marido ou companheiro o direito aos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira. Justifica Faria de Sá: "A mulher que trabalha concorre para o orçamento familiar, e assim, quando falece, tem-se que atribuir pensão ao companheiro".

Além disso, a emenda visa a garantir que o valor da pensão passará a ser igual ao da aposentadoria; que todos os benefícios previdenciários deverão ser atualizados monetariamente de modo a terem o seu valor real preservado; que a aposentadoria será calculada com base na média dos 36 últimos salários, corrigidos mês a mês em termos reais.

Em outro ponto de sua emenda, Arnaldo Faria de Sá propõe que a mulher possa ter o direito à aposentadoria proporcional, aos vinte e cinco anos de serviço. Quer ainda o representante do PTB de São Paulo instituir a aposentadoria da dona-de-casa, a ser normatizada através de legislação complementar. E, também, fixar o princípio de que nenhum benefício previdenciário de prestação continuada pode ter valor inferior ao do menor salário pago ao trabalhador. Finalmente, propõe Arnaldo Faria de Sá que todos os reajustes de benefícios deverão ser pagos no mês imediatamente posterior ao de sua fixação.

Ferreira: é hora de entendimento

A mudança do Regimento Interno da Constituinte permitirá o aprimoramento do texto constitucional da Comissão de Sistematização e, agora, com os acordos, será possível "chegar-se a um consenso para fazer aquilo que há de melhor e que o povo aspira e espera dos constituintes". É mais salutar uma Carta sintética, por possibilitar uma interpretação mais adequada do que for promulgado. É o que pensa o constituinte Costa Ferreira (PFL-MA), ao afirmar que o Nordeste foi beneficiado, mas precisa de algo mais "porque o Nordeste vive em um estado de calamidade praticamente eterno". Ferreira acredita no presidencialismo como regime ideal de governo para o País, "desde que não seja mutilado pelo autoritarismo". Ele elogia as conquistas no campo da educação e na área social, citando emendas de sua autoria que foram aproveitadas.

O sistema presidencial também é moderno e poderá servir muito bem, trazendo paz e prosperidade para o povo

ADIRP/Benedita Passos

Ferreira: todos têm o direito de escolher a sua religião

JC — *Deputado, como analisa o trabalho da Constituinte até agora e, em particular, como encara a questão da Constituição sintética e da Constituição analítica?*

Costa Ferreira — O problema dos trabalhos constitucionais até o momento, no meu entender, se desenvolveu de acordo com os ditames do Regimento Interno. Todavia, já nessa sua fase final, na fase da elaboração do substitutivo da Comissão de Sistematização, foi verificado que se poderia melhorar muito mais, emendando o Regimento Interno para que se pudessem apresentar novas emendas, a fim de aprimorar mais os artigos, os capítulos, os títulos, a fim de que pudessem ser mais acessíveis, mais auto-aplicáveis, principalmente às necessidades do povo e da sociedade brasileira.

De modo que os trabalhos da Constituinte, como esse último movimento que está havendo, envolvendo o "Centrão" e outros grupos que estão surgindo, no meu entender, isso é salutar, porque com os acordos que advirão, não temos dúvidas de que encontraremos soluções para dirimir todas as dúvidas e realmente se chegar a um consenso para fazer aquilo que há de melhor e que o povo aspira e espera dos constituintes.

JC — *Deputado, e em relação à Constituição sintética e analítica? Qual o seu ponto de vista a respeito do assunto?*

Costa Ferreira — Acho que uma Constituição analítica é importante porque já traz em seu bojo os ditames, sem que se recorra até a legislações ordinárias. Entretanto, a elaboração de Constituição sintética, no meu entender, é mais salutar, porque dará condições aos hermeneutas, aos estudiosos, a fim de que possam dar uma interpretação mais adequada para o texto e também na elaboração das regulamentações possa se chegar a um aprimoramento daquilo que o legislador constitucional desejava dar, não somente à sociedade, mas ao povo, quer dizer, dar mais subjetividade e, conseqüentemente, dar mais oportunidade para que os estudiosos no assunto penetrem mais e façam com que surjam, do juízo, aplicações adequadas e benéficas, para que se possa realmente aplicar em benefício de uma sociedade, principalmente como a sociedade brasileira, que já está praticamente esgotada, cansada de tanto esperar o que há de melhor para que possa viver em paz e com tranqüilidade.

JC — *Deputado, o Nordeste está bem atendido em termos do que já foi aprovado até agora na Comissão de Sistematização ou ainda falta alguma coisa?*

Costa Ferreira — O Nordeste já foi beneficiado nesse substitutivo da Comissão de Sistematização. Entretanto, o Nordeste é aquela região do Brasil que está sempre a exigir algo mais, não porque queira tudo para si, mas porque o Nordeste vive em um estado de calamidade praticamente eterno. Se não dedicarmos ao Nordeste uma atenção específica, poderemos ter surpresas desagradáveis. Acreditamos que o Nordeste não é um problema tão-somente para o Brasil, mas o Nordeste também é viável.

No Nordeste poderemos ter um novo Brasil, porque se considerarmos a Itália com o seu norte adiantado e o seu sul atrasado; se considerarmos os Estados Unidos, as partes da Califórnia, que eram verdadeiros desertos e que hoje estão praticamente recuperadas, e considerarmos que com o sistema de irrigação que está sendo aplicado ao Nordeste, os benefícios que estão surgindo para o povo, em decorrência dessa meta do Governo, acreditamos que com melhor atenção e maior dedicação para com o Nordeste, haveremos de redimir essa gente que constantemente está inchando as grandes cidades do Sul e que poderiam permanecer lá, trabalhando nos campos agricultáveis que lá estão, precisando apenas da irrigação, e que poderíamos através de cooperativas, dar um **status** melhor para aquele povo e evitaríamos esse êxodo rural, que está fazendo com que muitas pessoas reclamem muito e atribuam a culpa ao Nordeste.

O Nordeste realmente poderia se transformar num verdadeiro celeiro do Brasil, desde que haja a atenção das demais regiões do Brasil para essa região, que é a mais afetada pelo problema da seca. Em conseqüência disso, surge a mortalidade infantil, surge o analfabetismo, enfim, uma série de outros problemas sociais que acreditamos que com a nova Constituição, com o bom senso de todos os legisladores que estão trabalhando pelo Brasil, haverão de dedicar capítulos específicos para a redenção do Nordeste, e assim teremos um Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, que não esteja a reclamar de região em região, mas sim integrando todos, através de rodovias, de ferrovias, de programas sociais, enfim, de todas essas atividades, haveremos de dar ao Brasil, especificamente ao Nordeste, aquele **status** que merece e que todos desejamos, que é de ser realmente participante das grandezas e da prosperidade do Brasil.

JC — *E a questão do sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo?*

Costa Ferreira — Uma grande parte dos nossos parlamentares defende a implantação do parlamentarismo por dizer que é um sistema de governo moderno, que as nações mais modernas do mundo estão admitindo, mas temos algumas restrições a fazer nesse sentido. Achamos que o presidencialismo também, desde que não seja mutilado pelo autoritarismo, poderá servir muito bem, quer dizer, também chegar a metas de desenvolvimento, trazer a paz e a prosperidade para um povo. Achamos que o presidencialismo é um sistema de governo também moderno e que se dermos ao Poder Legislativo as suas prerrogativas que realmente necessita e deve dispor para trabalhar em benefício de um presidencialismo adequado, não temos dúvidas de que teremos pleno êxito.

Para o que existe aqui no Brasil, o ideal é o presidencialismo, porque, se implantado, teremos o apoio de muitos partidos, faremos as coalizões e, se desgostar, faz-se com outro partido e não vai-se perder o Governo, porque o primeiro-ministro tem que cair e, na última das hipóteses, teria que se convocar eleições gerais. Isso para nós não é bom. E considero ainda um outro problema sério: o Brasil é um país de dimensões continentais e implantar o parlamentarismo no Brasil seria uma outra dificuldade, porque teríamos que implantar, no âmbito nacional, estadual e municipal.

JC — *No capítulo dedicado à educação o projeto de Constituição tem uma formulação boa ou faltam alguns aspectos que tenham ficado de fora?*

Costa Ferreira — Concernente à parte da educação no anteprojeto, nós acreditamos que está bem. Mas, com essa oportunidade de se emendar, melhorará, porque entendemos que deva haver realmente para o Brasil uma nova política educacional que vise a erradicar esse analfabetismo que é uma vergonha para o Brasil. Dar melhores condições para que as crianças na faixa etária possam receber os ensinamentos necessários para uma preparação para o trabalho na sociedade. E um dos problemas que devemos martelar na nova Constituição é que as nossas universidades sejam melhor equipadas, quer dizer, que haja preocupação não de se formar todo ano os técnicos e os jogar no mercado sem que se saiba se esse mercado está precisando ou não daquela mão-de-obra.

Então, precisamos, de acordo com as regiões do Brasil, formar técnicos para que atuem, por exemplo, na parte Centro-Oeste, que está precisando de muitos técnicos agrícolas. Então, que tenhamos universidades formando esses profissionais, formando até com tendências agrícolas para que formem técnicos nesse sentido e assim possamos integrar esse país com uma nova mentalidade, onde o jovem ao sair da universidade não fique marginalizado, sofrendo e até mendigando emprego, mas que ele saia e já entre direto no campo de trabalho, contribuindo e realmente procurando desenvolver esse grande Brasil, que, apesar dos pesares, ainda está adormecido e precisa ser acordado.

JC — *E a legislação social na Constituição?*

Costa Ferreira — Está muito bem, inclusive apresentamos substitutivo na Ordem Social e que foi aproveitado quase que **in totum.** Mas achamos que, apesar de toda esta conquista, precisamos também dar ênfase ao setor que rege todas estas atividades, que seria a legislação ordinária concernente a disciplinar estas atividades, a fim de que também não haja o trauma de se ter muita gente desempregada, sem estar trabalhando; porque a profissão que tem não é condizente com a oferta que as empresas também apresentam. Precisamos, e tenho defendido, que a legislação trabalhista, e hoje já está praticamente caduca, seja modernizada, e nada melhor seria se elaborássemos nesta fase de conclusão do sistema ordinário de legislação o Código do Trabalhador.

JC — *Deputado, quais as emendas, das que apresentou e que foram acolhidas pelas comissões, subcomissões e Sistematização, as mais importantes?*

Costa Ferreira — Apresentei, por exemplo, no Sistema de Governo substitutivo no Poder Executivo dando uma sugestão para que se adaptasse ao sistema presidencialista brasileiro, dei todos os parâmetros nesta emenda, no Poder Legislativo, também aprimorando, devolvendo ao Poder Legislativo as suas prerrogativas. Na Ordem Social tive oportunidade de fazer também substitutivos muito bons. Na parte da reforma agrária também fiquei satisfeito porque apresentei um substitutivo e foi aproveitado muita coisa.

Na parte religiosa fizemos questão de destacar que todos os brasileiros na democracia têm o direito de escolher a sua religião e fizemos um trabalho, um estudo, "Liberdade religiosa nas Constituições do Brasil" e, inclusive já há até um livro elaborado que já distribuímos para muitas pessoas e muitos colegas que nos elogiaram e acharam muito boa a idéia.

Nasser defende os aposentados

Se depender do constituinte Maurício Nasser (PMDB-PR) será criado o Sistema Financeiro Rural e junto viria o Banco Nacional de Desenvolvimento Rural "para amparar a lavoura, o pecuarista e também, no caso da questão da reforma agrária, ajudar o agricultor sem terra a adquirir lotes rurais, amortizados em certo número de anos, para garantir o sustento de sua família". Nasser defende a manutenção da aposentadoria aos 30 anos para o professor, e aos 25 anos para a professora, e pretende que seja concedida isenção do imposto de renda aos aposentados, pensionistas e aos maiores de 65 anos de idade. Ele também quer o pagamento de **royalties** aos Estados produtores de energia, como é o caso do Paraná, já que o excedente é exportado para outras regiões a custo zero e volta na forma de produtos manufaturados, como, por exemplo, automóveis.

ADIRP/Benedita Passos

Nasser: grande faixa da população se encontra marginalizada, esperando o amparo do governo

JC — *Dentre a série de emendas que apresentou, muitas no âmbito da legislação trabalhista, quais o deputado destacaria inicialmente?*

Maurício Nasser — Todas as emendas têm um alto cunho social. Pensamos no apoiamento à manutenção da aposentadoria aos 30 anos, para o professor, e aos 25 anos para a professora, bem como a concessão da isenção do Imposto de Renda aos aposentados, pensionistas e aos maiores de 65 anos de idade, estendendo isso também (a aposentadoria, no caso) à dona-de-casa e os benefícios da legislação trabalhista a essas pessoas. Isso nós pensamos como lei complementar, futuramente. Também temos a criação do Conselho de Ação Social. Isto é uma coisa que vamos comentar porque vai levar à participação gratuita da sociedade local no seu funcionamento — fugindo um pouco do assunto dos aposentados. Mas esse funcionamento do CAS (Conselho de Ação Social), a participação da sociedade local junto com a LBA, poderia executar um plano de municipalização da ação social

Todas as emendas nós achamos do mais alto sentido, do mais alto grau, porque não achamos justo que uma pessoa de 65 anos, aposentada, aquele que deu os melhores anos de sua vida de trabalho à sua cidade, ao seu Estado e à nossa Nação, não tenha hoje condições de ter o final de sua vida com uma aposentadoria mais digna, para que ela possa ter condições até de uma alimentação mais razoável, de acordo com suas próprias deficiências, inclusive pela sua idade, não tenha um amparo maior dos governos estaduais e federal.

Logicamente a Previdência tem ainda muitas coisas a acertar e nós vamos ter que ter futuramente um acerto de contas entre a Previdência brasileira e o aposentado brasileiro, porque se nós estamos voltados para, se nós pensamos no social, temos que atender, sem dúvida alguma, essa grande faixa da população que hoje se encontra muito marginalizada, esperando não só o carinho mas o amparo mais efetivo do governo.

JC — *Outra de suas emendas visa criar um sistema financeiro rural. Como funcionaria?*

Maurício Nasser — A idéia da nossa emenda, que nós podemos até dar um novo sentido a ela em razão de conversas que estamos tendo com outros companheiros, é a criação de um sistema financeiro rural nos moldes do Sistema Financeiro de Habitação. Não seria criarmos um BNH. Longe da nossa proposta termos este cunho de empreguismo. Acho que hoje temos que enxugar a máquina do Estado, a máquina do Governo, porque grande parte do nosso déficit interno vem do déficit público e só se enxuga o déficit público enxugando a máquina. E o que é a máquina? São as empresas estatais que só dão prejuízo, que colaboram para que a maquininha que faz dinheiro do Governo emita mais, tapando rombos, como já vimos por diversas vezes.

Essa nossa idéia da criação do sistema financeiro rural viria a ser coroada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Rural para amparar a lavoura, o pecuarista e também, no caso da questão da reforma agrária, ajudar o agricultor sem terra a adquirir lotes rurais, amortizando-o em certo número de anos, para garantir o sustento da sua família. Esse pagamento seria proporcional à safra e aí teríamos que entrar mais amiúde nesse assunto — mas seria uma forma de não se dar gratuitamente as coisas, mas dar um amparo a essa gente que está de volta ao campo, àqueles que saíram do campo e estão tentando ter o seu pedaço de chão, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Rural.

O empresário e o servidor público devem participar na gestão dos órgãos que arrecadam e aplicam os recursos da área social

Não é justo que o cidadão não tenha ao final de sua vida condições de uma aposentadoria mais digna, já que ele deu os seus melhores anos à sua cidade

Nós iríamos dar condições a essas pequenas pessoas de realmente terem um canal, um banco que possa facilitar o aporte de recursos, o aporte financeiro para que desenvolvam essas propriedades que estão recebendo do Governo na reforma agrária. Nós temos muita preocupação com isso porque não é justo que se jogue o homem no campo sem lhe dar a infra-estrutura básica ao menos para que ele comece a plantar e tenha, no mínimo, o sustento da sua família.

JC — *Uma outra idéia é no tocante ao pagamento de* **royalties** *aos Estados produtores de energia que têm excedente e o fornecem a outros Estados.*

Maurício Nasser — Veja bem, esta é uma emenda mais para o Estado do Paraná, pois tenho que defender as coisas que dizem respeito ao meu Estado, e porque é uma justiça não só ao Paraná mas a todo o Estado brasileiro que tenha condições de ter essa produção de energia elétrica como excedente e que esse excedente exportável para outros Estados a custo zero, quando voltam ao Estado exportador, vêm na forma de produtos manufaturados como automóveis, produtos eletrônicos, de tecnologia de ponta.

O Paraná, que é um Estado que teve muito da sua área alagada, muitas das suas cidades hoje estão em baixo dos reservatórios de água de nossas usinas, teve uma grande perda de área agricultável e nós pensamos, com isso, em receber alguma coisa do Governo Federal, alguma coisa para que se possa reinvestir isso no Paraná, através dos **royalties**, do imposto, de taxas, enfim, o nome não interessa, o que interessa é ter o benefício. Importa que o Paraná tenha esse benefício para desenvolver com mais eficácia um programa social. Parte dos **royalties** sobre esse excedente pode ser aplicada não na energia elétrica, na construção de novas usinas, mas em benefícios para as populações mais carentes.

Eu queria dizer que nós também pensamos na participação do trabalhador, na questão da área social, em um colegiado tripartite junto com o empresário e o servidor público na gestão de estabelecimentos que arrecadam e aplicam os recursos do Fundo de Garantia, FGTS, PIS-PASEP e FINSOCIAL. Acho que, dessa forma, teríamos um novo ordenamento, uma nova orientação voltados para o social. Também teríamos a participação do trabalhador em colegiado tripartite na administração dos institutos da previdência social, ao lado do empresário e do servidor público. Quero dizer ainda que temos também uma emenda dando direito de sindicalização e de greve ao servidor público civil.

Não concordo que se passe o Sesc, Sesi, Senac e Senai para o governo, porque são iniciativas que deram certo

JC — *Outra luta do deputado foi no sentido de evitar que o Sesc, Senac, Sesi e Senai fossem estatizados.*

Maurício Nasser — São organismos que realmente, no Brasil, nos orgulham porque atendem realmente e geram, como nós falamos em recursos, geram seus recursos realmente com muito bom senso. Você veja que o nível de profissionalismo que essas instituições dão aos seus associados, a quem participa do Sesc, do Sesi, do Senai, é uma coisa que engrandece a Nação brasileira e não seria justo, já que nós temos uma experiência até um pouco ruim em alguns órgãos do governo que não funcionam, que esses órgãos que estão funcionando passassem para o Estado. Eu acho que o que nós temos que fazer é abrir as empresas estatais que realmente estão mal das pernas para a iniciativa privada, porque carrego comigo um aprendizado em que na iniciativa privada, se a sua mercearia vai mal, se a sua loja de calçados vai mal e você não consegue reparar o seu déficit, o seu comércio, a sua tendência é ir para a falência, entrar numa concordata, é você perder a sua casa, perder o seu carro e pagar o que você deve. No governo é o contrário. No governo, as empresas vão tendo prejuízo e o governo está injetando mais recursos.

Então, não é justo, nesta área, que nós passássemos aí o Sesc, o Senai, o Sesi ao controle do governo, porque é uma coisa que está dando certo. É aquela velha máxima brasileira, nós brasileiros, em futebol: em time que está ganhando não se mexe. Vamos ver se essa premissa continua e que os benefícios sociais que esses organismos trazem sejam mais pulverizados ainda em termos de interior.

JC — *Deputado, outra de suas preocupações diz respeito à definição das atribuições das polícias militares e corpo de bombeiros militares?*

Maurício Nasser — Isso é uma briga muito antiga. Você veja que até pouco tempo nós tínhamos o comandante da Polícia Militar sendo uma pessoa do Exército. Isso realmente dá uma indefinição muito grande. Saindo um pouco do Planalto, vê-se que no Rio de Janeiro há uma certa incompatibilidade, ainda hoje, entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Essa coisa toda é uma questão das Forças Armadas que nós precisamos dar uma nova conjuntura. Nós temos que realmente ter a polícia na rua. Não temos que ter a polícia burocrática, não temos que ter a polícia dentro do quartel. Eu acho que é isso que é a segurança mínima que a população pode exigir, porque nós pagamos impostos para isso.

No sonho da casa própria, o pesadelo da vida urbana

Os campos esvaziam, as cidades incham, e cresce a luta por um cantinho para viver. É mal. Por isso, salvar as cidades passa a ser, mais do que um desejo, uma imposição.

"Quem casa quer casa". O título desta peça de Martins Penna revela o quanto é antiga a luta pela casa própria no país. O **Jornal da Constituinte** ouviu parlamentares de diversas tendências e, para eles, a reforma urbana é uma questão tão urgente como a reforma agrária. Segundo dados apresentados por um dos parlamentares entrevistados — Octávio Elísio, de Minas Gerais —, o Brasil tem, atualmente, 72% de sua população vivendo nas cidades, e pode chegar ao ano 2020 tendo, no meio urbano, nada menos que 90% da população total.

Um dos pontos nevrálgicos, levantados pelos parlamentares, é a questão dos terrenos mantidos sem utilização social, não pela perspectiva de uma destinação futura voltada para a própria cidade, mas sim para fins de especulação imobiliária, visando à obtenção de um lucro desmedido a longo prazo.

Nesse processo, a cidade adquire uma irresistível força repulsora, e expulsa seus moradores para áreas periféricas cada vez mais distantes, já que os locais onde viviam acabam repentinamente convertidos em áreas nobres. O processo somente subsiste, na opinião da maioria dos parlamentares entrevistados, na medida em que a propriedade privada excede em direitos qualquer iniciativa comunitária. Para alguns parlamentares, apenas o uso condicionado da propriedade urbana permitirá que as cidades sejam de fato daqueles que nelas desejam habitar e conviver.

"Uma das falhas do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização é não dar destaque à reforma urbana, no Título da Ordem Econômica. Dispersos, no texto, há vários dispositivos que dizem respeito à moradia e à questão do uso do solo urbano, mas, por não estarem organizados em um capítulo próprio, não formam uma proposta clara de política urbana." Esta é a opinião do constituinte Octávio Elísio membro do PMDB e integrante da bancada de Minas Gerais.

Octávio Elísio faz um alerta, lembrando que, hoje, 72% da população do país vive nas cidades, em decorrência de um crescimento econômico baseado na industrialização e na urbanização. "A expansão do capitalismo brasileiro implicou na implantação de um padrão urbano de características desiguais, generalizando-se a urbanização pelo crescimento das periferias, com claras conotações de segregação e exclusão. Tem-se uma configuração urbana extremamente segregada e desigual. E a população, que é progressivamente deslocada para a periferia das cidades, passa a ter cada vez mais dependência da intervenção do Estado no atendimento das suas necessidades básicas, tais como moradia, transporte coletivo, além de saúde, educação e serviços urbanos essenciais."

Para o constituinte mineiro, a questão da moradia deve ser entendida dentro de um contexto mais amplo em que está a própria cidadania. "Cabe ressaltar que mais importante do que o acesso à moradia é o direito à cidade. Na luta por sua sobrevivência na cidade, o migrante se ancora na casa própria e no trabalho, num processo de luta individual e de integração urbana. Mas, somente se a moradia está vinculada aos equipamentos e serviços urbanos é que começa a haver condições mínimas para alcançar a cidadania."

Para Octávio Elísio, não se pode ignorar que o país passa por profundas modificações em suas estruturas que o levará, no ano 2020, segundo previsões apresentadas pelo parlamentar, a ter, nas cidades, 90% de sua população total. "Nos últimos 40 anos, o país mudou radicalmente o perfil de distribuição de sua população no território nacional. Isto significa uma mudança de comportamento e de valores que deve estar refletida na nova Constituição", disse ele.

Octávio Elísio, dessa forma, considera que três desafios básicos devem ser colocados e enfrentados desde já. O primeiro é a questão da propriedade do solo urbano. O crescimento econômico concentrador e excludente exige agora a redistribuição da renda e da propriedade, via desapropriação. O segundo, no seu entender, é dar tratamento político ao direito de cada ser humano viver na cidade, e viver bem. E, finalmente, o de garantir o direito à cidade, que implica em que cada indivíduo não seja apenas morador das cidades, mas ativo participante do processo.

RESPEITO ÀS FAVELAS

Francisco Küster, do PMDB de Santa Catarina, é um dos parlamentares que acreditam que a questão habitacional não pode ser tratada pela Constituinte de forma isolada da problemática das cidades como um todo. Para o constituinte, não se pode falar em habitação sem que se fale, igualmente, em problemas estruturais como o transporte coletivo e a qualidade de vida no meio urbano.

Francisco Küster mostrou-se preocupado com a realidade alarmante que existe hoje no país. O parlamentar lembrou, por exemplo, que dos mais de 130 milhões de habitantes que possui o Brasil atual, cerca de 70% ocupam somente 3% do território nacional. Esse dado, por si só, acredita ele, já demonstra a delicadeza da questão urbana e habitacional. Isto irá se refletir, segundo pensa, na elaboração da própria Constituição, que deverá ser a primeira Carta Magna urbana do país.

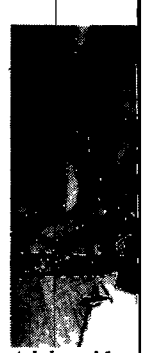
Um dos principais problemas que o constituinte de Santa Catarina vê no setor habitacional é exatamente o obstáculo da especulação imobiliária, que mantém áreas inteiramente fora do mercado apenas com a finalidade de promover lucros futuros. Por esse motivo, em uma primeira instância, Francisco Kuster acredita ser necessária a criação do usucapião urbano de três anos. Para o parlamentar, esse tempo é suficiente para demonstrar o desinteresse do proprietário pelo seu imóvel, justificando a medida expropriatória. Outra proposta que o parlamentar pretende apresentar, mas já no âmbito da legislação ordinária, é o da definição do limite de impostos incidentes sobre a quantidade de imóveis em mãos de pessoas físicas. Francisco Küster propõe três faixas de proprietários e de alíquotas, que somente seriam amenizadas na medida que o proprietário promovesse a edificação em seus imóveis.

Outro elemento vital na questão habitacional, no entender do parlamentar, é o respeito aos bairros periféricos e às favelas. Segundo Francisco Küster, a urbanização dos bairros periféricos deve respeitar as condições culturais específicas de cada localidade. Por outro lado, é preciso, afirmou o constituinte, dar direitos aos favelados, de modo a garantir a posse da terra, para que uma remoção somente seja possível por plebiscito entre os moradores da favela. "O favelado precisa ser respeitado", afirmou.

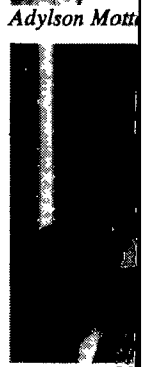
USUCAPIÃO

Para o constituinte Roberto Freire, do PCB de Pernambuco, a solução do problema habitacional brasileiro somente será realmente encaminhada através de uma política de reforma, tanto agrária como urbana. O parlamentar pernambucano traçou um breve histórico do período de existência do BNH, e considerou fundamental o estabelecimento do usucapião, bem como de um projeto para o setor urbano que não tenha somente o objetivo de construir habitações, mas que consagre todas as variáveis do problema.

Na opinião de Roberto Freire, o Banco Nacional da Habitação, criado em 1964, com a chegada ao poder dos militares, teve como objetivo meramente a construção de casas e apartamentos. Em todos os anos de sua existência, entretanto, o Banco não conseguiu resolver o déficit habitacional, que continuou aumentando, nem conseguiu solucionar a questão da qualidade das construções. Roberto Freire acredita, inclusive, que o BNH foi mais um elemento dentro de uma estratégia populista governamental, que procurou solucionar o problema do déficit habitacional para o brasileiro de baixa renda através da criação de verdadeiros guetos, como é o caso da primeira experiência do gênero no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Vila Kennedy. O BNH e o Governo jogaram com as classes de menor poder aquisitivo, criando ainda instrumentos como o FGTS, para que o trabalhador pudesse sonhar com a sua casa própria, tratada sempre como

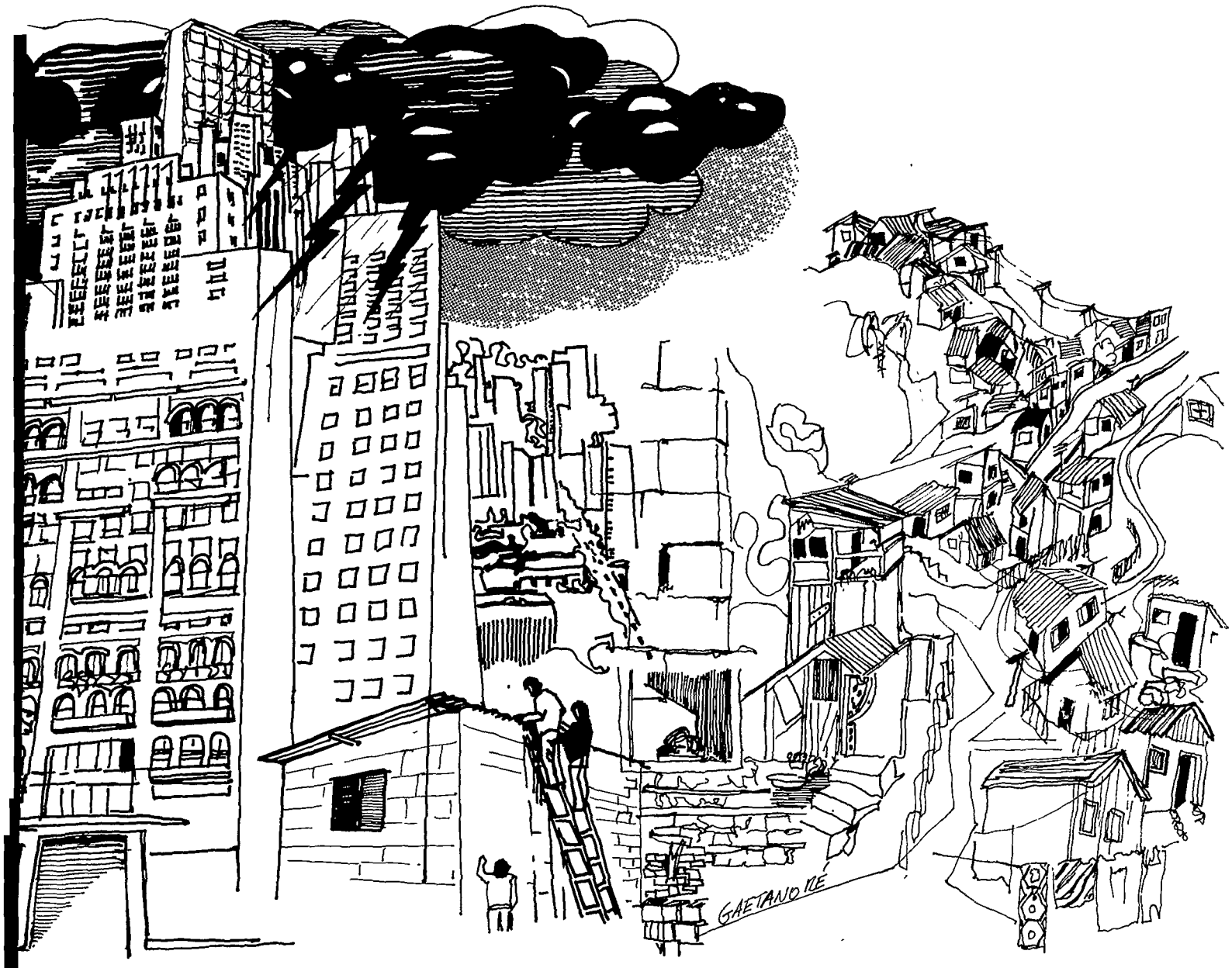


Adylson Motta

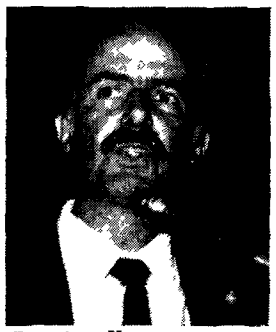


Inocêncio Oliveira

Octávio Elísio



Amaury Müller



Francisco Kuster

Roberto Freire

elemento fundamental de **status**.

Por tudo isso, Roberto Freire entende que a questão habitacional, assim como o saneamento básico e o transporte, são expressões da luta de classes e que não pode ser atacada sem que se resolva a questão urbana como um todo. O parlamentar propõe, por exemplo, que seja instituído o usucapião de cinco anos, de modo a regularizar as invasões, e que o Ministério do Desenvolvimento Urbano ataque as diversas variáveis do problema, com uma noção clara de integração e interação entre elas. Do mesmo modo, a desapropriação deve ser instituída, com o seu pagamento feito com títulos da dívida pública, exceto no caso de ser o único imóvel de um cidadão. Roberto Freire acha que a política de estímulo à casa própria foi forjada a partir da união de interesses do Governo e de empresários da construção civil, e que o problema habitacional também deve ser atacado através de uma política de incentivo à locação de imóveis, como existe em outros países.

Na opinião do constituinte Adylson Motta, do PDS do Rio Grande do Sul, a análise do problema habitacional brasileiro deve começar pela observação dos órgãos responsáveis pela condução da questão. Para o parlamentar gaúcho, o extinto Banco Nacional da Habitação foi "engolido" pelas distorções próprias do sistema habitacional brasileiro, onde se destaca de modo evidente a indefinição, a ausência de uma política clara para o setor, o que foi herdado, com o fim do Banco, pela Caixa Econômica Federal.

A Caixa Econômica, no entender do constituinte, tem que atender a algumas prioridades, definindo de forma clara uma norma de ação no setor habitacional. Para ele, a Caixa deve ter como prioridade inicial facilitar a aquisição de casa própria, sobretudo pelos indivíduos de baixa renda. Adylson Motta acredita, igualmente, que não será necessário criar um novo órgão para tratar exclusivamente da questão habitacional. O seu maior temor é o de que um novo organismo implique, como se observa em outros setores, em empreguismo ou em elemento de barganha política.

Outro ponto importante, na opinião de Adylson Motta, para o trabalho a ser desenvolvido pela Caixa Econômica, é o de investir no setor habitacional, não apenas nas cidades, mas igualmente ampliar sua área de atuação para o meio rural. O constituinte acredita que esta diretriz será importante para que se corte o fluxo migratório, onde o elemento vindo do campo chega à cidade sem trabalho e sem ter onde morar. Este fator, aliado à falta de especialização do homem do campo, em relação às necessidades urbanas, faz com que esse indivíduo seja marginalizado e vá habitar em barracos.

Por outro lado, lembra Adylson Motta, não é possível traçar um plano para o setor habitacional pensado-se apenas em construir casas ou apartamentos. Na opinião do parlamentar gaúcho, é preciso que o plano contemple, igualmente, projetos de infra-estrutura, em que estejam previstas escolas, centros comunitários, áreas de lazer, postos de saúde, enfim aspectos sociais que são freqüentemente negligenciados, mas que contribuem para a integração do homem ao meio em que vive. Todos esses elementos, entretanto, ressaltou Adylson Motta, não foram contemplados pelo antigo BNH, que servia mais como veículo de especuladores, concluiu.

PLANO DE CONSTRUÇÃO

O constituinte Amaury Müller (PDT — RS) considera importante a criação de mecanismos constitucionais que conduzam a um projeto capaz de eliminar o déficit habitacional no país, através de um plano amplo de construção de moradias de baixo custo unitário. Para o parlamentar gaúcho, não se pode falar da questão habitacional sem antes procurar estabelecer um plano diretor para o meio urbano, e, ao mesmo tempo, uma profunda modificação na realidade rural, através de uma reforma agrária que dê condições de subsistência ao pequeno e médio produtor.

O combate à favelação, no entender de Amaury Müller, longe de constituir-se em solução definitiva, apenas empreende esforços no sentido de combater um dos efeitos do crescimento populacional, que, a seu ver, não representa apenas o crescimento vegetativo da comunidade instalada nos centros urbanos, mas igualmente é resultado do crescente fluxo migratório proveniente do campo. "Não se pode buscar a causa desta migração interna somente a partir do falso pressuposto de que o homem do campo é atraído pelas vantagens da vida urbana. Na realidade, o pequeno produtor é tangido de suas terras pelas deficiências da política agrícola nacional. Por este motivo, creio que se pode conter a explosão urbana sem cortar o fluxo migratório em direção às principais cidades brasileiras."

Amaury Müller crê, portanto, que se deve procurar formas de manter o homem produzindo no campo, que é o seu meio, pois de outra forma esse mesmo homem segue em direção às cidades onde vai se constituir em massa de mão-de-obra subempregada e não-qualificada. Neste ponto, Amaury Müller lembrou o trabalho desenvolvido pelo PDT na prefeitura de Ijuí, Rio Grande do Sul. Nesta cidade, foi criada uma cooperativa de mão-se-obra com bóias-frias. Assim, quando o produtor rural deseja obter trabalhadores para diversas tarefas em suas terras, se dirige à cooperativa e lá firma um contrato com a entidade (não individual), evitando desta forma conflitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, segundo o parlamentar gaúcho, foi desenvolvida uma ação paralela de formação de trabalhadores para atenderem às necessidades do mercado de trabalho urbano. Desta forma, foram formados encanadores, carpinteiros, entre outras especializações.

Quanto ao planejamento urbano, Amaury Müller considera fundamental a participação do poder público, através de uma discussão ampla com a comunidade, para evitar o que ele chamou de "pombais", ou seja, casas malconstruídas, com material de qualidade inferior, onde não existem centros de lazer, e onde as pessoas são misturadas de uma forma que apenas reforça os conflitos existentes entre indivíduos e o comportamento individualista, em detrimento da participação coletiva na solução dos problemas.

SONHO IRREAL

Para o constituinte Inocêncio Oliveira, do PFL de Pernambuco, "não restam dúvidas de que o Sistema Financeiro de Habitação necessita de uma reformulação total, caso contrário o sonho brasileiro de ter a casa própria vai tornar-se irrealizável. Os próprios índices de inadimplência, superiores a 25%, demonstram tal crise estrutural. O Sistema Financeiro de Habitação, com o reajuste das prestações através da correção monetária, ou com base no salário, apresenta grandes problemas, principalmente porque a política salarial desenvolvida no país ficou completamente defasada".

Inocêncio Oliveira insistiu em que o Sistema Financeiro de Habitação deve ser reformulado, inclusive com certa urgência, principalmente porque, logo depois de ser eleito, o ex-presidente Tancredo Neves anunciava que faria tudo para que os organismos responsáveis pela condução da política habitacional pudessem cumprir sua verdadeira finalidade, qual seja a de "solucionar o problema do déficit habitacional em nosso país e proporcionar moradia razoável e dentro das possibilidades econômicas dos brasileiros".

Humberto Martins

Emendar para construir o país

Prosseguimos divulgando as emendas apresentadas pelos constituintes e aprovadas pela Comissão de Sistematização

RONALDO ARAGÃO apresentou 92 emendas, tendo 27 aprovadas. Principais: as atividades nucleares no território nacional serão desenvolvidas exclusivamente para fins pacíficos, sendo que a responsabilidade da União por danos nucleares independe da existência de culpa, vedando-se qualquer limitação relativa aos valores indenizatórios, cabendo ao Congresso Nacional fiscalizar o cumprimento do disposto neste artigo; dispõe para a legislação ordinária o direito de férias com remuneração em dobro.

JALLES FONTOURA apresentou 92 emendas tendo 37 aprovadas. Principais: a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas e se darão por lei estadual; assegurando a proteção às participações individuais em obras coletivas, à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades esportivas, assegurando aos autores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou participarem.

CLÁUDIO ÁVILA apresentou 92 emendas, das quais 39 foram aprovadas. Principais: sobre a obrigatoriedade do alistamento eleitoral e sobre o voto facultativo; sobre a gratuidade, nos estabelecimentos oficiais, do ensino de 1º e 2º graus, e, igualmente, para quantos, no nível superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos; e a que estabelece que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, econômica e financeira.

BORGES DA SILVEIRA apresentou 92 emendas, tendo 26 aprovadas. Principais: a que suprime parágrafo que disciplina a intervenção e a desapropriação de serviços privados de saúde; e a que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado pelo acesso igualitário a um sistema nacional único, financiado por fundos disciplinados em lei pela União, estados, municípios, além de outras fontes, tendo, em cada nível de governo, direção administrativa descentralizada e controle da comunidade.

CARLOS CARDINAL apresentou 91 emendas, tendo 20 aprovadas. Principais: a que determina a observação do resultado de consulta plebiscitária às populações interessadas para a construção de aeroportos, hidrelétricas, pólos petroquímicos, usinas nucleares, lixo atômico ou quaisquer empreendimentos que prejudiquem a qualidade de vida das comunidades ou ofereçam riscos à vida e ao equilíbrio ecológico; e a que estabelece que nenhum benefício pago pela Previdência Social poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

JESUS TAJRA apresentou 91 emendas, das quais 29 foram aprovadas. Principais: a que assegura a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e científica, a que determina a inclusão da palavra "Poder" antes das palavras Legislativo, Judiciário e Executivo; a que estabelece que o Estado deverá prestar assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; a que dispõe sobre o reconhecimento do direito de greve; e a que inclui os parentes do primeiro-ministro entre os inelegíveis.

JOSÉ CARLOS SABÓIA apresentou 91 emendas, tendo 40 aprovadas. Principais: a que estabelece que a lei definirá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação, ao desenvolvimento dos níveis de ensino e à integração das ações do Poder Público que conduzem à erradicação do analfabetismo; e a que determina que o ensino público fundamental e pré-escolar terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, a ser recolhida pelas empresas na forma da lei.

LUIZ SOYER apresentou 90 emendas, das quais 27 aprovadas. Principais: bolsa de estudo, em valor igual do custo-aluno, em estabelecimento oficial, a todo aquele que, não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública; assegura aos pais a determinação do número de filhos que pretendam, sendo vedada qualquer forma de coerção em contrário por órgãos públicos e privados; incentivo e proteção às manifestações desportivas de criação nacional.

ARNALDO FARIA DE SÁ apresentou 90 emendas, das quais 13 aprovadas. Principais: supressão dos limites de 48 e 53 anos de idade para concessão de aposentadoria; os órgãos da administração pública, direta ou indireta, que dependam da contribuição dos empregados e dos empregadores, ou que tenham o objetivo de fins sociais do interesse de ambas as classes têm direção colegiada, com representação paritária do governo, dos empregados e dos empregadores.

ÉZIO FERREIRA apresentou 89 emendas, das quais 18 aprovadas. Principais: licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei; são inelegíveis para os mesmos cargos o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver substituído nos seis meses anteriores às eleições ou sucedido no mesmo prazo; são elegíveis os militares alistáveis com mais de dez anos de serviço ativo.

MANSUETO DE LAVOR apresentou 89 emendas, com 26 aprovadas. Principais: a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas e se darão por lei estadual; é livre a manifestação do pensamento; de crença religiosa e de convicções políticas e filosóficas; não serão toleradas as propagandas de guerra, de subversão da ordem e do preconceito.

NELSON SEIXAS apresentou 89 emendas, das quais foram 32 aprovadas. Principais: a União aplicará anualmente nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, reservando 10% para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência; proibição de diferença de salário por trabalho igual, qualquer que seja o regime jurídico.

VIRGÍLIO GUIMARÃES apresentou 89 emendas, das quais 15 foram aprovadas. Uma de suas principais emendas aprovadas é a que torna inelegíveis para qualquer cargo o cônjuge ou os parentes por consangüinidade, até o segundo grau, afinidade ou adoção, do presidente da República, ou de onde possa ser votado, de prefeito e de governador, ressalvados os casos de reeleição para mandatos legislativos, e que tenham exercido a metade do mandato.

MOEMA SÃO THIAGO apresentou 88 emendas, das quais 31 aprovadas. Principais: assegura à presidiária o direito à amamentação de seu filho permanecendo com ele durante o período de amamentação; garantindo à família, constituída pelo casamento ou pela união estável, a proteção do Estado, que se estenderá também à entidade familiar formada por qualquer um dos pais ou responsável legal e seus dependentes; permitindo a dissolução do casamento nos casos expressos em lei, não se limitando o número de dissoluções.

DASO COIMBRA apresentou 88 emendas, das quais 23 aprovadas. Principais: inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, assegurada a livre profissão de fé e o exercício público dos cultos religiosos; continuidade das funções do Ministério Público Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Consultorias Jurídicas dos Ministérios e Procuradores das Autarquias Federais enquanto não forem aprovadas as leis complementares do Ministério Público e Procuradoria Geral da União.

GABRIEL GUERREIRO apresentou 87 emendas, das quais 42 aprovadas. Principais: assegurando ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras, na forma da lei; considerando as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais hidráulicos como propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração industrial; permitindo aos estados desmembrarem-se ou subdividirem-se para formarem novos estados, mediante consulta às populações interessadas e mediante referendo do Congresso Nacional.

JOSÉ TINOCO apresentou 87 emendas, das quais 20 tiveram aprovação. Principais: a que concede liberdade de ensino à iniciativa privada, salvo para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos; a que faz respeitar o direito de opção da família ou do educando, relativamente às suas crenças e convicções; a que faculta a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, observados os princípios dos direitos fundamentais da pessoa humana e da soberania nacional.

JOSÉ LOURENÇO apresentou 86 emendas, sendo 27 aprovadas. Principais: considerando como privativos de brasileiros natos apenas os cargos de presidente e vice-presidente da República, de presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal; dando à União competência para legislar sobre águas, telecomunicações, serviço postal e energia (elétrica, térmica, nuclear ou qualquer outra); determinando que empresas públicas e sociedades de economia mista somente serão criadas por lei.

LUIZ HENRIQUE apresentou 86 emendas, sendo que 24 aprovadas. Principais: instituição da faculdade de a Câmara e Senado, no regime parlamentarista, poderem convocar o primeiro-ministro e ministros de Estado para prestarem, pessoalmente, inclusive no âmbito das Comissões, informações acerca de assunto previamente determinado. O parlamentar ainda ainda é autor de emendas relativas aos Poderes Executivo e Judiciário, como a que determina a audiência prévia do procurador-geral da República, nas representações por inconstitucionalidade.

ANTERO DE BARROS apresentou 86 emendas, sendo que 24 foram aprovadas. Principais: aposentadoria aos 35 anos de trabalho para o homem e 30 para a mulher; proibição de toda e qualquer censura de natureza política ou ideológica, retirada do texto do relator da obrigatoriedade de os partidos políticos, para serem considerados como tal, terem representantes eleitos à Câmara Federal ou ao Senado; e equiparação entre os Estados, Distrito Federal e territórios no Fundo de Participação.

FLORESTAN FERNANDES apresentou 85 emendas, tendo sido aprovadas 34. Principais: criação do salário-educação, a ser recolhido pelas empresas, como fonte adicional de financiamento ao ensino público; instituição da competência estatal de promover o desenvolvimento científico, a autonomia e a capacitação tecnológica, visando a garantia da soberania da Nação e a melhoria das condições de vida e de trabalho da população brasileira e a preservação do meio ambiente.

EDMILSON VALENTIM apresentou 84 emendas, sendo aprovadas 24. Principais: regulamentação da promoção por merecimento para os juízes, determinando que a mesma se dará após dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o primeiro quinto da lista de antiguidade, salvo se não houver quem aceite o lugar vago. Desvinculação dos vencimentos do procurador-geral da República daqueles percebidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, segundo proposta no texto do relator.

HÉLIO MANHÃES apresentou 84 emendas, tendo sido aprovadas 10. Principais: composição dos tribunais estaduais, que seriam constituídos, em 1/5 dos lugares, por membros do ministério público e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de carreira ou de experiência profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação de classe; e vinculação da Justiça Militar em julgamentos exclusivamente de crimes militares.

BENEDITA DA SILVA apresentou 84 emendas, sendo que, 24 destas, foram aprovadas. Pincipais: competência do Estado em coibir a violência no âmbito das relações familiares; garantia de assistência oficial de atendimento em pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; direito da família à proteção social, econômica e jurídica do Estado, com vista à realização pessoal dos seus membros; garantia de melhoria de condição social para os trabalhadores domésticos.

SÉRGIO WERNECK apresentou 83 emendas, das quais 45 foram aprovadas. Principais: a que atribui ao Congresso Nacional a fixação, após ouvidos o Presidente da República e o Banco Central, de limites globais para as dívidas dos Estados e municípios; esta prevê ainda a aprovação, pelo Congresso, do orçamento monetário anual da União antes da sua implementação; e a que cria, no Congresso, a Comissão Mista Permanente que fiscalizará os atos do Banco Central.

BOCAYUVA CUNHA apresentou 82 emendas, tendo sido aprovadas 20. Principais: configuração, como um dos direitos do trabalhador, da higiene e segurança no trabalho; transferência, para lei ordinária, da regulamentação da armação, propriedade e tripulação de embarcações pesqueiras, de esporte, turismo, recreio e apoio marítimo; e exclusividade, na navegação de cabotagem e interior, de embarcações nacionais, salvo o caso de necessidade pública, somente podendo explorá-la empresas nacionais do setor.

ACIVAL GOMES apresentou 82 emendas, sendo aprovadas 32. Principais: privilégio aos autores de inventos industriais de uso temporário de sua invenção, incluindo a utilização do mesmo e a propriedade das marcas de indústria e comércio e a exclusividade de nome comercial; restrição à ação governamental do Estado para criação de impostos, determinando que os tributos componentes do Sistema Tributário Nacional são exclusivamente os que constam da Constituição.

ROSE DE FREITAS apresentou 82 emendas, sendo que foram aprovadas 14. Principais: determinação para que a assembléia geral dos sindicatos fixe a contribuição da categoria que, se profissional, será descontada em folha, sendo sua arrecadação e destinação, em todos os níveis, reguladas em lei; e competência para o Estado regulamente operações relativas à circulação de mercadorias, bem como dos serviços diretamente relacionados à industrialização ou comercialização de mercadorias.

PAULO MARQUES apresentou 81 emendas, sendo que 17 foram aprovadas. Principais: obrigatoriedade do Estado em garantir o ensino de primeiro grau universal, obrigatório e gratuito, e, nos demais níveis, a gratuidade para os que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos; e consagração da liberdade de ensino para a iniciativa privada, salvo para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos, assim como para cumprimento da legislação sobre diretrizes da educação.

GUSTAVO DE FARIA apresentou 81 emendas, tendo 32 aprovadas. Principais: considerando que as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à nação; anular a possível realização de plebiscito nos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, para consultar a população quanto a uma fusão, que segundo o parlamentar seria inútil e dispendiosa para os cofres públicos.

FELIPE MENDES apresentou 81 emendas, tendo 17 aprovadas. Principais: considerando que a faixa de até cem quilômetros de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional é indispensável à defesa das fronteiras e será designada como faixa de fronteira, devendo ser definida ouvindo-se os Estados respectivos; e é dever do Estado a normatização, coordenação e controle das ações de saúde, cabendo a execução da cobertura assistencial tanto ao setor público como ao setor privado

FÁBIO FELDMANN apresentou 80 emendas tendo 25 aprovadas. Principais: incluir o gerenciamento costeiro no âmbito da competência da União; a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais ficam condicionados à necessidade de se preservar e recompor o meio ambiente afetado por tais atividades, cuja obrigação deverá estar expressa nos correspondentes atos administrativos expedidos pelas autoridades competentes; o exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da coletividade.

ALOYSIO CHAVES apresentou 80 emendas, tendo 21 aprovadas. Principais: concedendo **habeas data** para assegurar o conhecimento de informações e referências pessoais, bem assim dos fins que se destinam, sejam elas pertencentes a registros ou bancos de dados de entidades particulares, públicas ou de caráter oficial, assim como para retificação de dados, em não se preferindo fazê-lo por processo judicial ou procedimento adminstrativo sigiloso; a lei complementar disporá sobre o Defensor do Povo.

ADEMIR ANDRADE apresentou 79 emendas, tendo 47 aprovadas. Principais: obrigatoriedade de o prefeito ser eleito até 45 dias antes do término do mandato de seu antecessor; faculdade de o proprietário de terra que estiver sendo desapropriada nomear um representante para participar da vistoria do imóvel, podendo ser o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e competência para o Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de convênios na esfera estadual, municipal, da União e Distrito Federal.

EXPEDITO JÚNIOR apresentou 79 emendas, das quais 18 aprovadas. Principais: a lei reprimirá toda e qualquer formação de monopólios, oligopólios, cartéis e qualquer forma de abuso do poder econômico; a língua nacional é a portuguesa, e são símbolos nacionais a bandeira, o hino, o escudo e as armas da República vigorantes na data da promulgação da Constituição; e são invioláveis os papéis particulares, a correspondência epistolar e as comunicações telegráficas, telefônicas, telex ou de qualquer espécie.

JOSÉ CARLOS VASCONCELOS apresentou 79 emendas, das quais 24 aprovadas. Principais: determinando que seja observado na elaboração do plano plurianual o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas para a distribuição regionalizada dos investimentos e outras despesas deles decorrentes; e compatibilizando o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas com o Plano Plurianual de investimentos para reduzir as desigualdade inter-regionais.

LEOPOLDO PEREZ apresentou 78 emendas, das quais 15 aprovadas. Principais: assegurando aos litigantes em qualquer processo judicial ou adminsitrativo direito a ampla defesa; definindo o Brasil como uma República federativa, constituída pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e das possessões indígenas; tornando integrantes da carreira do Ministério Público Federal os atuais ocupantes de cargos do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO apresentou 78 emendas, das quais 16 aprovadas. Principais: transferindo o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural da competência dos Estados e Distrito Federal para a competência da União, como forma de facilitar a reforma agrária; determinando ao Estado a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos para ter acesso à Justiça; e definindo os casos de inelegibilidade e os casos de sua cessação.

TITO COSTA apresentou 78 emendas e teve 22 aprovadas. Principais: a que fixa os vencimentos dos magistrados com diferença não excedente de 10% de uma para outra das categorias, atribuindo aos membros do Supremo Tribunal Federal e aos dos Tribunais de Justiça vencimentos não inferiores aos percebidos pelos ministros de Estado e secretários de Estado-Membro; e a que compõe o Superior Tribunal do Trabalho de trinta e três ministros oriundos da classe dos advogados e do Ministério Público.

PEDRO CANEDO apresentou 77 emendas e teve 29 aprovadas. Destacam-se: a que permite a participação paritária, sob o sistema tripartite, da representação do Governo, dos empregadores e dos empregados na administração da Previdência Social, no Fundo de Seguridade Social: a que obriga a União a aplicar nunca menos de 18% e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25% da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

JOSÉ LUIZ MAIA apresentou 77 emendas, das quais 30 foram aprovadas. Principais: considerando que na prática de desapropriação promovida pela reforma agrária somente as propriedades rurais inexploradas poderão ser requisitadas não ultrapassando dois terços da área total do imóvel, cabendo ao proprietário a escolha do seu domínio; e aprimorando a redação da lei orçamentária que estabelece o Estado como regulador e planejador permanente dos orçamentos do setor público, visando diminuir desigualdades regionais.

ALBANO FRANCO apresentou 77 emendas e teve aprovadas 27. Principais: ressalvando as entidades assistenciais e de formação profissional mantidas por contribuições compulsórias dos empregadores, do controle programático do Poder Público, ainda que as mesmas sejam beneficiárias de recursos públicos, sob o argumento de que são eficientes; Ressalvando os empregadores das contribuições compulsórias sobre as folhas de salários destinadas à manutenção das entidades de serviço social e formação profissional.

MAGUITO VILELA apresentou 76 emendas tendo 15 aprovadas. Principal: a legislação desportiva adotará o respeito à autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento interno, assim como o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional. Oferecerá proteção e incentivo aos desportos de criação nacional e destinará recursos públicos para amparar e promover prioritariamente o desporto educacional, além de instituir benefícios fiscais para a prática do esporte.

PAULO DELGADO apresentou 75 emendas, tendo sido aprovadas 20. Principais: exclusão dos deficientes físicos da facultatividade do alistamento e voto, ficando os maiores de 70 anos e os analfabetos com tal direito; e liberdade de prazo para que as câmaras municipais votem a lei orgânica respectiva após a promulgação da nova Constituição estadual, ficando a votação das novas leis previstas para serem realizadas em dois turnos de discussão e votação.

DALTON CANABRAVA apresentou 75 emendas sendo que 17 foram aprovadas. Principais: inclusão, como direito dos trabalhadores, do direito de indenização por despedida imotivada ou sem justa causa; limitação da duração diária de trabalho em oito horas no máximo; competência para a União e estados legislarem concorrentemente sobre direito financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; competência para estados e Distrito Federal instituírem impostos sobre combustíveis e energia servida a outro estado.

ZIZA VALADARES apresentou 75 emendas sendo que 14 foram aprovadas. Principais: concessão de aposentadoria por tempo de serviço após 35 anos de trabalho para o homem e 30 para a mulher; eliminação da capacidade dos estados de criar novos impostos, ficando, porém, assegurada a participação obrigatória no imposto que a União vier a instituir; limitação da jornada diária de trabalho em oito horas no máximo; competência para municípios criarem imposto sobre operações de circulação de mercadorias.

ALYSSON PAULINELLI apresentou 74 emendas, tendo 14 aprovadas. Principal: a União poderá promover a desapropriação por interesse social, de terras inexploradas, por ato de exclusiva competência do presidente da República mediante pagamento de prévia e justa indenização, as benfeitorias em dinheiro e a terra nua em títulos especiais da dívida pública com cláusula de exata atualização monetária, negociáveis e resgatáveis no prazo de até 20 anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas.

FERNANDO VELASCO apresentou 74 emendas tendo 17 aprovadas. Principais: o sistema financeiro nacional servirá aos interesses da coletividade, que disporá sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas; a União entregará, do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do IPI, 46%, dos quais 3% para aplicação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras oficiais de fomento regional.

FERNANDO GASPARIAN apresentou 74 emendas, tendo 28 aprovadas. Principal: cabe aos estados, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios que dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações interessadas. O processo será efetivado por lei estadual e não dependerá da aprovação das Câmaras de vereadores dos municípios afetados.

IRAJÁ RODRIGUES apresentou 74 emendas, tendo sido aprovadas 19. Principais: indicação, como representante da União, estados e Distrito Federal, bem como municípios, para efeito de cobraça do critério tributário, da procuradoria geral da Fazenda Nacional; e obrigatoriedade de as isenções e os benefícios fiscais, de quaisquer espécies, serem avaliados pelo Poder Legislativo durante o primeiro ano de cada legislatura, considerando-se revogada a lei, se, nesse período, não for mantida.

RONALDO CEZAR COELHO apresentou 74 emendas, tendo sido aprovadas 22. Principais: instituição, como uma das funções do Ministério Público, da requisição de instauração de inquérito policial e diligências investigatórias, podendo acompanhar a investigação criminal; e inclusão, na composição do Superior Tribunal de Justiça de um terço dentre os juízos dos tribunais regionais federais e um terço dentre os desembargadores dos tribunais de justiça estaduais ou do Distrito Federal.

ORLANDO BEZERRA apresentou 73 emendas, das quais 13 foram aprovadas. Principais: considerando que nenhum benefício de prestação continuada dos regimes contributivos terá valor mensal inferior ao salário mínimo, estalecendo que o ensino cívico e religioso, sem distinção de credo, constituirá disciplina obrigatória no ensino fundamental; concedendo o direito à aposentadoria voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher.

DARCY DEITOS apresentou 73 emendas, tendo 16 aprovadas: Principais: a União entregará do produto de arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, e sobre produtos industrializados, 21,5%, 53,5%, dos quais, para o Fundo de Participação dos Estados e DF, 30% ao Fundo de Participação dos Municípios e 2% para aplicação nas regiões Norte e Nordeste, através de suas instituições oficiais de fomento regional; a lei disciplinará a remessa de lucros ao exterior, fixando limites que assegurem o reinvestimento.

WILMA MAIA apresentou 73 emendas, tendo 22 aprovadas. Principais: é assegurada a igualdade de salário para igual trabalho, sendo vedada a diferença de critério de admissão, promoção e dispensa por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, orientação sexual, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física ou condição social; as colônias de pescadores gozarão das prerrogativas dadas às entidades sindicais.

SÉRGIO SPADA apresentou 73 emendas, tendo 33 aprovadas. Principal: estabelecendo que o consorciamento do Estado brasileiro com outros estados, para formação de empresas voltadas aos interesses comuns, não as exime de prestação de contas de seus atos, ficando as mesmas sujeitas ao controle do Tribunal de Contas da União e do Congresso Nacional, no que respeita aos aportes dos recursos brasileiros. Chama a atenção para a importância do controle e da fiscalização pública sobre as plurinacionais.

EVALDO GONÇALVES apresentou 72 emendas e teve aprovadas 12 delas. Principais: a que propõe que 3% dos recursos da União sejam destinados à seca, para a construção de pequenos e médios açudes e para irrigação dos mananciais já existentes, mediante Plano de Aplicação apresentado pelo estado e municípios do Nordeste; determinando que o planejamento da atividade econômica deverá incorporar a dimensão espacial, decompondo-se em estâncias regionais compatibilizadas entre si.

OSVALDO COELHO apresentou 72 emendas, das quais 12 aprovadas. Principais: estabelecendo que a lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico que tenha por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência ou aumentar arbitrariamente os lucros; e considerando inelegíveis para qualquer cargo o cônjuge ou os parentes por consangüinidade, até o segundo grau, afinidade ou adoção, do presidente da República, dos governadores de estado e do Distrito Federal e dos prefeitos.

RAQUEL CÂNDIDO apresentou 71 emendas, sendo que 22 foram aprovadas. Principais: competência para o Congresso fixar penalidades para infratores e estabelecer sanções específicas pela má informação ou anúncio impreciso quanto à qualidade, preço ou forma de venda de produtos; vinculação do produto da arrecadação do imposto federal a percentuais fixados constitucionalmente com fins de distribuição de alíquotas para estados, Distrito Federal, territórios e municípios.

GERALDO ALCKMIN apresentou 71 emendas, das quais 17 foram aprovadas. Principais: a que propõe a supressão dos limites de 48 e 53 anos de idade para concessão da aposentadoria por tempo de serviço; a que estabelece que, enquanto o Plano Plurianual não estabelecer as aplicações na manutenção do ensino, a União destinará, anualmente, recursos nunca inferiores a 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, no mínimo 25% da receita resultante de impostos; e sobre a previsão de desmembramento territorial.

FRANCISCO CARNEIRO apresentou 71 emendas, tendo sido aprovadas 20. Principais: configuração dos princípios da universalidade do atendimento, pluralismo de sistemas médico-assistenciais, bem como o livre exercício profissional e livre opção do indivíduo entre diversos sistemas; especificação das porcentagens devidas pela União, do total de impostos arrecadados, para os Fundos de Participação dos municípios, dos estados e do Distrito Federal e para o Norte e Nordeste.

UBIRATAN SPINELLI apresentou 71 emendas, sendo que foram aprovadas 16. Principais: obrigatoriedade de indenização para os proprietários de terras que estejam sendo desapropriadas; explicitação, como dever de todos e prioritariamente do Estado, da proteção ao meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida; garantia de abrigo legal para os autores de inventos industriais usarem temporariamente suas invenções, bem como de serem proprietários das marcas de indústria e comércio.

TELMO KIRST apresentou 71 emendas, sendo que foram aprovadas 21. Principais: transferência para a legislação ordinária da decisão sobre a exclusividade, ou não, da folha de salários para incidência de contribuições sociais destinadas à seguridade; segurança de tratamento prioritário da parte do governo para o setor agrícola; reconhecimento do direito às donas-de-casa, inclusive as camponesas, de se filiarem ao sistema previdenciário na qualidade de segurado.

JOSÉ COSTA apresentou 70 emendas, tendo sido aprovadas 14. Principais: determinação da composição do orçamento do setor público federal estabelecendo para tal que seria composto dos orçamentos da União, das autarquias e fundações e do orçamento das empresas em cujo capital a União participe, através do Tesouro Nacional ou terceiras instituições; e obrigatoriedade de o Poder Executivo preparar e submeter à deliberação do Congresso planos plurianuais de governo e proposta de orçamento anual.

JOÃO CALMON apresentou 69 emendas, sendo que foram aprovadas 16. Principais: obrigatoriedade de a União aplicar, anualmente, nunca menos de 18% e os estados, Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive os provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino; proibição de que as receitas de impostos sejam vinculadas a órgão, fundo ou despesa, ressalvados os casos de repartição de receitas previstas constitucionalmente.

CÉSAR CALS NETO apresentou 69 emendas, sendo que 11 foram aprovadas. Principais: garantia de tratamento diferenciado para as microempresas, especialmente em relação às suas obrigações tributárias; estabelecimento do direito dos trabalhadores de participarem na administração das empresas, no sistema de co-gestão; permissão para propaganda comercial de tabacos e bebidas, sendo obrigatória a inclusão nas embalagens de advertência de que podem ser prejudiciais à saúde humana.

AMAURY MÜLLER apresentou 69 emendas, sendo que 18 foram aprovadas. Principais: obrigatoriedade de a desapropriação, por interesse social, ser precedida de processo administrativo consubstanciado em vistoria do imóvel pelo órgão fundiário nacional ou estadual, facultada a presença, mediante cientificação, do proprietário do imóvel e de representantes do sindicato dos trabalhadores rurais ou peritos por eles indicados; obrigatoriedade de o Estado proteger e assegurar a propriedade privada.

CAIO POMPEU apresentou 68 emendas, sendo que foram aprovadas 18. Principais: obrigatoriedade do alistamento eleitoral; garantia do direito de greve para os trabalhadores, salvo nas atividades e serviços essenciais à comunidade; transferência para o nível estadual da competência para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; e obrigatoriedade de a jornada diária de trabalho não exceder a oito horas, com intervalo de repouso e alimentação, salvo em casos previstos em lei.

JOSÉ GUEDES apresentou 68 emendas, sendo aprovadas 16. Principais: determina, como direito do trabalhador, o contrato de trabalho protegido contra demissão sem justa causa; obrigatoriedade de o prefeito ser eleito até 45 dias antes do término do mandato de seu antecessor; inelegibilidade para qualquer cargo, do cônjuge ou parentes por consangüinidade até o segundo grau, afinidade ou adoção, do prefeito, governador e presidente da República, ressalvados os que já exercem mandato eletivo.

LUIZ MARQUES apresentou 68 emendas, tendo 10 aprovadas. Principais: é proibido aos partidos políticos utilizarem organização paramilitar e se subordinarem ou vincularem a entidade ou governos estrangeiros; e não é da competência da União dispor sobre a supervisão, pelo Legislativo, dos sistemas de processamentos automáticos de dados mantidos ou utilizados pela União, inclusive a administração indireta.

LEOPOLDO BESSONE apresentou 67 emendas, tendo 11 aprovadas. Principais: a União, através de lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas provocadas por calamidade pública; em relação aos impostos de estados e DF, no caso de operações relativas à circulação de mercadorias, ainda que iniciadas no exterior e sobre prestação de serviços, passaria por uma resolução do Senado aprovada por 2/3 de seus membros, que estabeleceriam as alíquotas aplicáveis às operações relativas às operações do ICM interestadual e de exportação.

OSMAR LEITÃO apresentou 66 emendas, tendo 16 aprovadas. Principais: as empresas comerciais, industriais e agrícolas contribuirão com o salário-educação se não propiciarem gratuidade de ensino 1º grau; na realização da política educacional, cabe ao Estado garantir o ensino de 1º grau, universal, obrigatório e gratuito e, nos demais níveis, a gratuidade para os que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos; não é vedada a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos.

EDISON LOBÃO apresentou 66 emendas tendo 18 aprovadas. Principais: é facultado ao presidente da República comparecer ao Congresso Nacional para o anúncio de medidas administrativas importantes ou para manifestações políticas relevantes. A emenda pretende facultar ao presidente da República atribuições que seriam específicas de um primeiro-ministro num sistema parlamentarista de governo. O constituinte justifica sua proposta considerando que o presidente é co-partícipe do processo de esclarecimento.

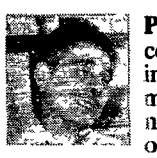
HERMES ZANETI apresentou 66 emendas, tendo 30 aprovadas. Principais: é vedada a propaganda escrita, falada e televisionada de medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabacos, agrotóxicos e bebidas alcoólicas, exceto o vinho de uva e seus derivados; o ensino é livre à iniciativa comunitária, confessional ou filantrópica, mediante autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e supervisão de qualidade; ao Estado caberá o estímulo à cultura brasileira, sem entrar no mérito de proteção e apoio.

DORETO CAMPANARI apresentou 65 emendas, tendo 26 aprovadas. Principais: é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados, na sua organização e funcionamento, a soberania nacional, o regime democrático, o pluralismo e os direitos fundamentais da pessoa humana; e os partidos políticos adquirem personalidade jurídica de direito público pelo registro de seus estatutos no TSE ou pelos representantes eleitos sob sua legenda à Câmara Federal ou ao Senado sendo proibido características paramilitares.

ANTONIO FERREIRA apresentou 65 emendas, tendo 24 aprovadas. Principais: delega competência ao Congresso Nacional para autorizar o presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente; e suprime o § 5º do art. 149 que diz. "Quando o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo perderão eles a eficácia a partir da publicação da decisão."

LUIZ GUSHIKEN apresentou 65 emendas, tendo 20 aprovadas. Principais: à entidade sindical incumbe a defesa dos direitos e interesses da categoria, individuais e coletivos, inclusive como substituto processual em questões judiciárias ou administrativas; as condições de trabalho e salário no âmbito das empresas e do serviço público serão reguladas pelo contrato coletivo de trabalho estabelecido através de negociações entre sindicatos de empregados e empregadores, empresas ou poder público.

JOAQUIM FRANCISCO apresentou 65 emendas, tendo 25 aprovadas. Principais: na elaboração do plano plurianual serão observados o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas para a distribuição regional dos investimentos e, outras despesas deles decorrentes; a desapropriação será procedida de processo administrativo, do qual constará vistoria realizada pelo órgão executor da reforma agrária e destinada a identificar extensão e eficiência da exploração agrícola.



PLÍNIO MARTINS apresentou 65 emendas, 22 aprovadas. Principais: compete à União instituir o sistema nacional de desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos; e determina que, além de outros, são direitos dos trabalhadores a integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros ou no faturamento, com representação dos trabalhadores na direção e constituição de comissões internas, mediante voto livre e secreto, com a assistência do respectivo sindicato.

No Plenário, batalha de idéias

Ao criticar a iniciativa dos constituintes Matheus Iensen (PMDB — PR) e Edison Lobão (PFL — MA), que colheram assinaturas para uma emenda em favor de 5 anos de mandato para o presidente Sarney, o constituinte Eduardo Bonfim (PC do B — AL) afirmou: "Um presidente da República não pode permanecer no poder contra a vontade da esmagadora maioria do povo e dos governadores dos estados". Eduardo Bonfim acusou o "Centrão" de estar manobrando para levar o país a uma crise institucional, para possibilitar a permanência de Sarney no poder por ainda mais algum tempo. "Esse é o objetivo estratégico do Planalto", afirmou o parlamentar alagoano, conclamando em seguida os constituintes a reagirem contra qualquer tática nesse sentido, e a retomarem a campanha pelas diretas já.

SUBORDINAÇÃO

A notícia de que a reforma bancária pretendida pelo Governo tem como fonte inspiradora o Banco Mundial provocou os protestos do constituinte Augusto Carvalho (PCB — DF). Ele condenou com veemência a subordinação do governo brasileiro aos ditames do capital estrangeiro, e manifestou sua esperança de que a Assembléia Nacional Constituinte possa fixar normas mais democráticas para orientar o funcionamento do setor financeiro, "cuja importância é muito grande para a economia do país".

TELECOMUNICAÇÕES

A preservação do monopólio da União na área dos serviços de telecomunicações via satélite foi defendida pelo constituinte Percival Muniz (PMDB — MT). Para ele, é necessário alterar alguns artigos do projeto de Constituição, a fim de evitar a formação de um monopólio privado no setor. Disse Percival Muniz que o país enfrenta a ameaça de um possível monopólio do Bradesco nessa área de transmissão de sinais, o qual seria tão negativo quanto o quase monopólio que a Rede Globo possui hoje na área da televisão.

Além disso, Percival Muniz criticou a portaria assinada pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, autorizando empresas privadas a produzir e comercializar energia elétrica. Ressaltou o parlamentar mato-grossense não ser concebível que o ministro tenha dado essa autorização justamente no momento em que a Constituinte está para aprovar o monopólio estatal sobre as reservas minerais e os recursos hídricos do país. De acordo com o projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, as reservas minerais e as quedas de água passam a ser monopólio do Estado.

MASSACRE

"O Massacre de garimpeiros ocorrido recentemente em Serra Pelada não cairá no esquecimento. Estaremos na tribuna diariamente para impedir que o Congresso e a Constituinte sejam coniventes, por omissão, com o massacre e para defender a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o acontecimento", afirmou em discurso o constituinte José Genoíno (PT — SP). Destacou o parlamentar petista que, diante de massacres tão cruéis como o de Serra Pelada, evidencia-se a importância da aprovação, pela Constituinte, de dispositivos capazes de garantir o respeito aos direitos dos cidadãos. José Genoíno acusou os integrantes do chamado "Centrão" de pretenderem retirar do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização várias garantias à liberdade e aos direitos individuais e coletivos.

ADERP/Guilherme Rangel

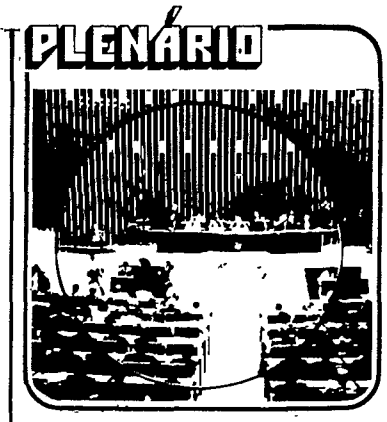
Enquanto corria o prazo para a apresentação de emendas, o Plenário viveu intensos debates.

REPÚBLICA DO ACRE

Ao justificar sua emenda que visa a transformação do Acre em uma república independente, o constituinte Osmir Lima (PMDB — AC) afirmou que ela representa um protesto veemente contra os poderes constituídos, que em sua opinião, nunca tiveram sensibilidade para com as dificuldades vividas pelo povo acreano. "É indispensável que o Acre e a Amazônia como um todo sejam assistidos pelas autoridades governamentais, porque no desenvolvimento da região está a solução para os graves problemas brasileiros", disse Osmir Lima.

TERRITÓRIOS

O constituinte Eraldo Trindade (PFL — AP) propôs a alteração dos arts. 29, 62 e 63 das disposições transitórias do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Segundo o parlamentar, a manutenção da atual redação desses artigos ameaça inviabilizar a transformação em estados dos territórios do Amapá e de Roraima. Eraldo Trindade considera prejudicial confundir transformação em estado com criação de novos estados. E explica que, no art. 63 das disposições transitórias, são feitas diversas restrições à criação de novos estados. Quer o parlamentar pelo Amapá diferenciar os casos dos dois territórios, que seriam transformados em estados, e assim estariam livres das restrições do citado artigo.



Eduardo Bonfim conclamando à volta do mote das diretas: Um presidente não pode ficar no poder contra a maioria do povo.

FIDELIDADE

O constituinte Adylson Motta (PDS — RS) anunciou que está encaminhando uma emenda ao projeto de Constituição, no sentido de estabelecer a perda do mandato do parlamentar que se filiar a um partido diferente daquele pelo qual se elegeu. Considera Adylson Motta que as trocas de partidos comprometem a classe política, e que a fidelidade partidária precisa ser respeitada. O parlamentar gaúcho apresentou ainda outra emenda, assegurando o direito adquirido do servidor público à acumulação de cargos, até a data da promulgação da nova Carta.

CONSTITUIÇÃO JÁ

Diante do quadro de grande descrença popular em relação a todos os Poderes da República, em particular em relação à Constituinte, a única coisa que os parlamentares podem fazer agora é votar o quanto antes a nova Constituição. A opinião é do constituinte Sólon Borges dos Reis (PTB — SP), para o qual o melhor seria começar a votação em plenário pela questão do sistema de governo, "a fim de se acabar com esse imperialismo presidencial, definindo-se um mandato de quatro anos para o presidente da República, e com eleições diretas já", segundo afirmou o parlamentar.

ASSINATURA

O constituinte Paulo Ramos (PMDB — RJ), falando em nome da liderança do PMDB, solicitou à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte providências no sentido de que seja divulgado pela imprensa o esclarecimento feito pelo constituinte Mansueto de Lavor (PMDB — PE), de que não é dele a assinatura que apareceu na emenda do "Centrão" que propõe cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Mansueto de Lavor é favorável ao mandato de quatro anos para Sarney, mas seu nome estava entre os constituintes que teriam assinado a emenda dos cinco anos, coordenada pelos membros do "Centrão" Matheus Iensen (PMDB — PR) e Edison Lobão (PFL — MA). Paulo Ramos afirmou ser indispensável o esclarecimento da opinião pública a respeito dessè fato. "O que está em jogo é a própria credibilidade da Constituinte", argumentou Paulo Ramos.

LOBBY PETROLÍFERO

As empresas multinacionais distribuidoras de petróleo — Esso, Shell, Texaco e Atlantic — estão fazendo pressões ousadas e impróprias sobre os constituintes, na tentativa de impedir a aprovação em plenário do dispositivo, já aprovado pela Comissão de Sistematização, que determina a nacionalização da atividade de distribuição de derivados do petróleo e de gás. A denúncia foi feita pelo constituinte Fernando Santana (PCB — BA), autor da proposta de nacionalização, o qual manifestou sua surpresa diante das constantes visitas que representantes dessas multinacionais têm feito a vários parlamentares. Fernando Santana criticou também a definição de empresa nacional do projeto de Constituição aprovado pela Sistematização. Para o parlamentar comunista, o conceito de empresa nacional que está no projeto da Sistematização é muito elástico, beneficia grupos de estrangeiros que têm domicílio no Brasil, e cai como uma luva para as grandes mineradoras multinacionais instaladas no país.

CONFIRMADO

O constituinte Aldo Arantes (PC do B — GO) afirmou que estão confirmadas as suspeitas de que o "Centrão" é liderado pela direita, tendo em vista o teor das emendas apresentadas pelo grupo ao projeto de Constituição. Entre outras coisas, o "Centrão" quer retirar da Constituição o princípio da soberania popular, ao mesmo tempo em que pretende incluir o preceito de que a iniciativa privada é uma questão fundamental para o povo. Para Aldo Arantes, as propostas do "Centrão" personificam as bandeiras da UDR (União Democrática Ruralista, criada pelos grandes latifundiários para se contrapor à reforma agrária) e da UBE (União Brasileira dos Empresários, criada recentemente para combater os avanços sociais aprovados pela Comissão de Sistematização). Entre outras propostas — disse — o "Centrão" quer dificultar a punição do crime de tortura, tornando-o prescritível; quer manter a possibilidade de as autoridades policiais ordenarem a prisão de algum cidadão, vigente desde os tempos do arbítrio da ditadura, enquanto o projeto da Sistematização determina que apenas uma autoridade judicial pode ordenar a prisão de alguém, quer eliminar o direito de greve bem como outros direitos dos trabalhadores, inclusive a proibição da demissão imotivada.

REVOLTA

Para o constituinte Juarez Antunes (PDT — RJ), está crescendo a revolta do povo contra a ineficiência do Governo, mas, apesar disso, o presidente Sarney insiste em conquistar o mandato de 5 anos, através de uma política clientelista. "Os bajuladores, inclusive os parlamentares, ao invés de ouvir o povo preferem acreditar nas falsas promessas deste Governo ineficiente", disse Juarez Antunes. Acrescentou o parlamentar pedetista do Rio de Janeiro que a Constituinte deve aprovar o mandato de 4 anos porque este é o desejo da maioria real do povo brasileiro.

PARLAMENTARISMO

O parlamentarismo é o único sistema de governo capaz de impedir os golpes militares no Brasil, disse o constituinte Chagas Rodrigues (PMDB — PI), ao defender a aprovação do regime parlamentar pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Chagas Rodrigues defendeu também algumas emendas que apresentou ao projeto de Constituição, entre as quais uma que imputa aos condenados por homicídio doloso a perda de 25% dos seus bens em favor dos herdeiros da vítima.

Iram pede prévia para eleições

A realização de prévia, entre os filiados dos partidos políticos, para definição dos candidatos às eleições, de vereador a Presidente da República, faz parte do elenco das emendas apresentadas pelo constituinte Iram Saraiva, (PMDB — GO) nesta fase dos trabalhos da ANC. Saraiva argumenta: "À medida que o filiado participa da escolha de seu candidato, ele está co-responsável com essa indicação". Entre outros temas, analisados na entrevita, ele comenta também proposta de sua autoria que estabelece medidas mais concretas para o controle da atividade nuclear.

JC — *Senador, dentre as várias emendas que apresentou nessa fase dos trabalhos da Constituinte, uma delas estipula a realização de prévia para os candidatos dos partidos políticos, desde vereador até presidente da República. Com funcionaria?*

Iram Saraiva — Na realidade, a minha preocupação é a participação de filiado na vida política do partido. No Brasil, hoje, temos um grande defeito: os partidos perdem a sua finalidade, a sua força, desde as câmaras municipais até o Congresso Nacional, exatamente porque a base fundamental, que é o filiado, não fala. A partir do instante que existe prévia, aí existirá uma maior responsabilidade por parte do filiado em relação a essas candidaturas que serão criadas. E aí, no caso do vereador e do prefeito, convenção municipal, para a escolha desses candidatos, seria feita não apenas através dos delegados e das executivas, e sim de todos os filiados que participarão na escolha. No caso da escolha de governadores, de senadores, de deputados estaduais e dos candidatos a deputados federais, seria feita então por todos os filiados no estado uma prévia eleitoral. No caso do presidente e do vice-presidente da República, o partido, a nível nacional, também ouviria todos os seus filiados.

Então, a primeira pergunta seria: bem, mas aí seria uma eleição? Na realidade, o é. O partido é a primeira célula política existente dentro do país. Então, à medida que o filiado participa da escolha de seu candidato, ele está co-responsável com essa indicação. Automaticamente vamos aí entender que o partido será revitalizado.

JC — *No tocante à atividade nuclear, o senador faz acréscimo ao que já foi determinado no Cabral III. Poderia explicar isto?*

Iram Saraiva — Na realidade o Cabral III, no que tange à competência da União, o seu art. 21, inciso XXV, diz:

"A União legislará sobre atividades nucleares de qualquer natureza."

Acho vago deixar o resto para apenas a legislação infraconstitucional. Acho que poderíamos descer a mais detalhes. O que eu fiz? Faço uma nova redação, onde ela ficará com a seguinte forma: "Atividade nuclear de qualquer natureza, inclusive sobre regulamentos e normas de segurança, fiscalização e proteção relativas:

a) Ao uso de instalações e materiais nucleares ao transporte, ao menuseio, ao tratamento, à posse e à eliminação de materiais nucleares;

b) — Ao tratamento e eliminação de rejeitos radioativos;

c) — À construção e à operação de estabelecimentos destinados a produzir materiais nuclares e a utilizar a energia nuclear."

Com esse acréscimo que estamos fazendo ao que o Cabral III apresenta, estaremos assim, praticamente, fechando todas as questões ligadas a assuntos nucleares. E a minha preocupação se prende exatamente porque o Brasil agora já domina amplamente o urânio e, se domina, a legislação tem de ser bem clara, principalmente a legislação constitucional. E aqui estamos desde o manuseio até o que se faz com rejeito, estamos dentro do texto constitucional fixando e a legislação infraconstitucional, quer dizer, as leis ordinárias apenas descerão a esse detalhe. Por exemplo: uso — quem pode utilizar, quem é que pode trabalhar nisso, realmente a forma que se permitirá com relação às instalações desses materiais, com relação à construção de usinas. Então, tudo isso desceria em maiores detalhes numa legislação ordinária. Acho que, dessa forma, estaríamos cobrindo a questão nuclear.

E o exemplo já foi dado em Goiânia. Infelizmente, tivemos que ver o exemplo absurdo do completo abandono das questões nucleares: o césio 137. Abandonou-se aquela peça — não se pode classificar como roubo, o que está abandonado — e um coletor de lixo apanhar isso não é roubo, é um relaxo. Hoje não se sabe a quem responsabilizar. O CNEN diz que não lhe caberia. O Estado realmente reafirma que não. E pela legislação que existe hoje, que é frágil, entendemos que à União cabe isso. Então, dessa forma, com esse texto, vamos melhorar mais ainda o que diz respeito ao controle, à ficalização, à segurança, que são fundamentais em assuntos nucleares.

JC — *Outra emenda de sua autoria é relativa à área bancária. Do que se trata?*

Iram Saraiva — Os critérios são restritivos porque há um abuso enorme no que diz respeito às questões ligadas às áreas bancárias. Acho que chegou o momento de o Poder Legislativo principalmente, o Pode Constitucional normar as questões, e aí apresento uma nova redação ao inciso VI do art. 228, do Bernardo III, ficando com a seguinte redação os critérios restritivos:

"Da transferência de poupança de região com renda inferior à média nacional para outra de maior desenvolvimento."

Aí vamos aquinhoar, realmente os chamados pobres, para que quando eles fizerem a captação, ela seja aplicada ali mesmo. Então, esse é um critério. Essa restrição que hoje não se faz aos bancos, vamos fazer agora. E o que é fundamental, na minha emenda, é exatamente essa proibição de se fechar agência aleatoriamente, como vem-se fazendo. E aí a minha redação fica: "Do fechamento da agência de instituições financeiras instaladas em áreas de exploração econômica recente." Fiquei sabendo que até mesmo o Banco Central — que para cada 24 agências abertas, e que são fechadas — essa empresa bancária teria o direito de abrir na Capital uma agência, o que cauza um prejuízo tremendo às regiões que começam a se desenvolver e a crescer."

Então, os bancos que já são privilegiados no Brasil terão que ter essas medidas restritivas para que os municípios não entrem em situação de precariedade. Eles voltam-se para Goiás, que tem 75 municípios, onde só há uma agência bancária e houve agência fechada. Agora, com essa redação, o Banco Central teria o controle que hoje na realidade não existe.

JC — *A propósito das regiões mais pobres, o que acha da destinação de 3% do Orçamento da União inserido no texto constitucional para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste?*

Iram Saraiva — Acho que poderíamos melhorar isso. Se pudermos negociar será de fundamental importância. No caso do Centro-Oeste, por ser uma região de fronteira que se desenvolve menos, acho que aplicar numa região dessa não significa a nação ter ônus. Ao contrário, a nação estará exatamente aplicando e terá um retorno muito breve. Nós, que somos da Região Centro-Oeste, temos experiência. O Nordeste, da mesma forma. Temos recebido dos colegas senadores informações de que há regiões, embora por questões de seca, com alto índice de produtividade. É suficiente para que o Governo entenda que o processo de irrigação deve ser adotado, como está acontecendo no Centro-Oeste, e deve acontecer. Acho que o incentivo, através de recursos, o que pudermos arrancar ao máximo, será fundamental, porque são regiões de desenvolvimento.

JC — *Ainda com relação a esse mesmo assunto, é favorável à criação de um agente financeiro para o Centro-Oeste?*

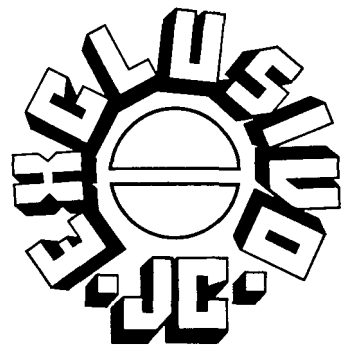
Iram Saraiva — Totalmente! Somos um grupo de parlamentares respeitados, atingimos o número suficiente para apresentar emenda nesse sentido e aprová-la. Temos que ter os bancos de desenvolvimento para a região, os bancos próprios, para que nós incrementemos, cada vez mais, os bancos próprios, para que incrementemos cada vez mais o progresso, o desenvolvimento e a industrialização, o que ainda não se fez acontecer nessas regiões. Somos menores produtores de matéria-prima, e isso não é importante para a nação, porque à medida que vamos produzindo a matéria-prima, só no transporte já gastamos uma fortuna. Então, é mais importante agora que o governo entenda e que a Assembléia Nacional Constituinte compreenda que, à medida que criemos esses bancos de fomento, esse bancos de desenvolvimento, e levemos esses recursos para essas regiões, com a industrialização ali, o produto chegará ao seu ponto final bem mais barato, porque se evitará o transporte da matéria-prima e, automaticamente, estaremos enriquecendo a região, estaremos tirando o empobrecimento pela falta de emprego. Enfim, é necessário que se faça esse tipo de desenvolvimento.

JC — *No Cabral III, nas Disposições Transitórias, há um dispositivo determinando que a União não arcará com despesas na criação de novos estados, o que implicaria, talvez, um problema para a criação do estado do Tocantins e para a divisão do estado de Goiás. O Senador tem uma emenda nesse sentido. Como é ela?*

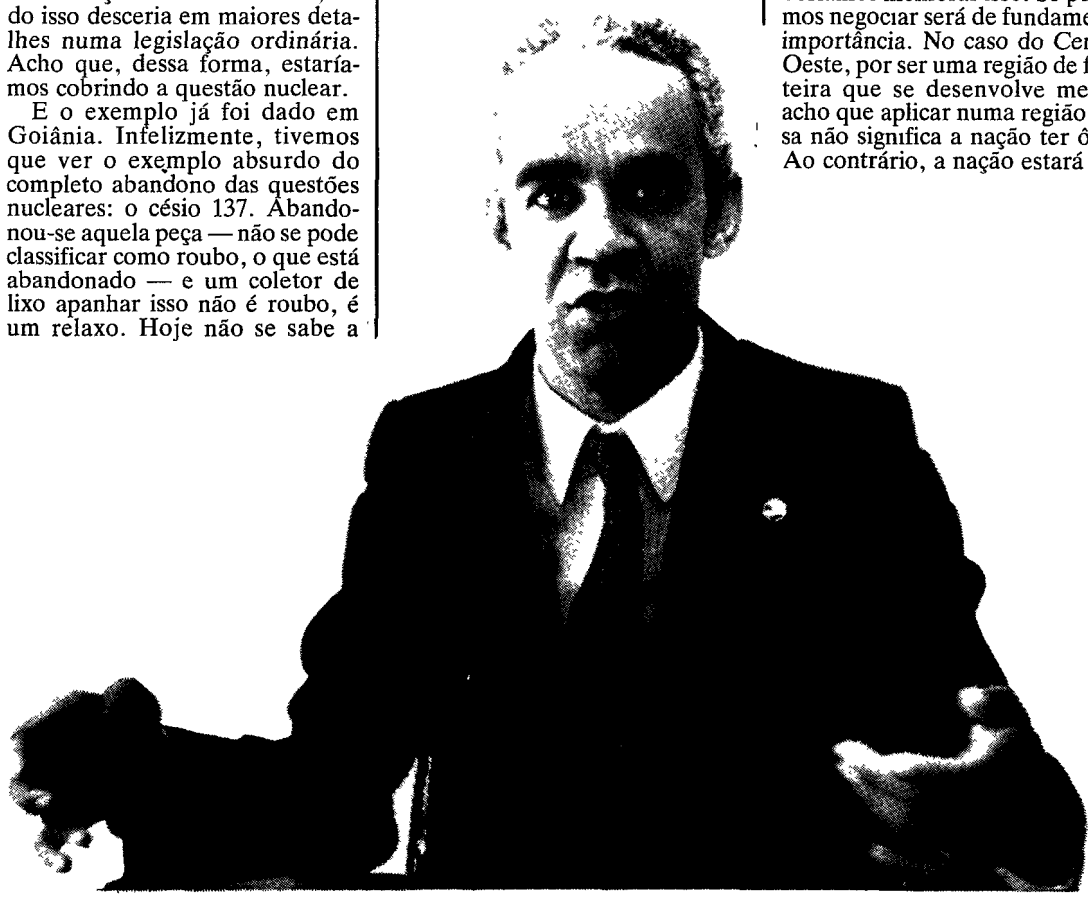
Iram Saraiva — Foi uma injustiça o que fez no art. 63, exatamente o último. O penúltimo cria o estado do Tocantins e, no último, apresentou-se uma emenda pela qual estaria a União, direta ou indiretamente, vedada de assumir qualquer ônus com a criação dos estados. Vejo nisso uma injustiça. Volto a insistir, porque o único estado a ser criado por desmembramento é o Estado do Tocantins, saindo do Estado de Goiás, pois os outros dois estados propostos, que tenho certeza de que serão também criados, são os territórios de Roiraima e Amapá. Esses já são territórios e a União já arca com tudo. Por que só o estado do Tocantins?

Apresento, então, uma emenda aditiva ao art. 63, que ficaria com a seguinte redação: "Excluindo-se os casos de criação de estado previstos nesta Constituição — logicamente, é nesta que estamos votando —, é vedado à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de estado, encargos referentes a depesas com pessoal inativo e com encargos e amortização das dívidas interna e externa da administração pública, inclusive da indireta".

Então, automaticamente, promulgada esta Constituição, não estariam aí inclusos, logicamente, Tocantins e Goiás, mas todos os outros já seriam conscientizados de que, a partir do momento que quiserem se desmembrar, para criar outro estado, aí, sim, seria adotado esse procedimento.



Hoje, no Brasil, os partidos perdem a sua finalidade exatamente porque a base fundamental, que é o filiado, não fala



Iram. a realização de prévia revitaliza os partidos

ADIRP/Fotos Reynaldo Stavale

As visitas começaram com Aureliano Chaves, das Minas e Energia...

passando por João Alves, do Interior...

Ministros se aproximam da ANC

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu, na semana que passou, a visita de quatro ministros de Estado, num processo de intensificação dos contatos das altas esferas federais com o Poder Constituinte. A maratona de ministros ao gabinete de Ulysses Guimarães começou com o titular das Minas e Energia, Aureliano Chaves, também presidente de honra do PFL, e prosseguiu com o comparecimento dos ministros da Justiça, Paulo Brossard; do Interior, João Alves Filho; e do novo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega.

Os visitantes estiveram com o presidente da ANC em visita de cortesia, para formular votos de que a Constituinte avance em seus trabalhos no sentido de dar ao país a sua nova Carta, no mais breve espaço de tempo possível. E o novo titular da Fazenda, Maílson da Nóbrega, aproveitou para dar conhecimento a Ulysses Guimarães de sua posição a respeito do momento econômico do país e prestar informações sobre a nova rodada de negociações da dívida externa, que tem sido um dos temas de maior preocupação no âmbito da Constituinte.

e por Paulo Brossard, da Justiça

e terminaram com Maílson da Nóbrega, novo titular da Fazenda.